

COESA S.A.

CNPJ/MF nº 42.169.838/0001-53

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado		Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	641	1	7.824	8.547		134.081	(3.455.093)	(3.321.012)	(122.082)
Contas a receber	5	—	—	814.629	773.094		—	—	1.186.858	1.186.858
Estoques	6	64	28	12.336	20.029		—	—	1.186.858	1.186.858
Adiantamento a terceiros	3.502	2.073	50.199	28.978			—	—	17.220	17.220
Dividendos a receber	—	—	1	30			—	—	—	—
Despesas antecipadas	—	—	—	3.311	3.643		—	—	6.595	6.595
Impostos a recuperar	8	—	—	9.498	10.477		—	—	(29)	(29)
Outros ativos	—	—	—	26.039	31.985		—	—	(635)	(635)
Total do ativo circulante	4.207	2.102	923.837	876.783			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	—	—	—	—		134.081	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Ativo não circulante	4.207	2.102	923.837	876.783			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Contas a receber	5	—	—	26.489	39.530		—	—	18.400	18.400
Partes relacionadas	7.1	12.619	1.663	91.002	65.001		—	—	(5.500)	(5.500)
Impostos a recuperar	8	—	—	14	14		—	—	247.755	247.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	135.757	319.924		—	—	260.655	260.655
Depósitos judiciais e outros	—	—	—	34.600	37.401		—	—	(644)	(644)
Despesas antecipadas	—	—	—	4.027	5.637		—	—	259.991	259.991
Titulos a receber	16	—	—	1.065.849	1.064.086		—	—	381.836	381.836
Outros ativos	59	—	7	2.625	2.799		—	—	(273.736)	(273.736)
Investimentos	9	—	—	2.582	2.531		—	—	(1.204.071)	(1.204.071)
Imobilizado	10	—	—	23.679	27.555		—	—	(1.204.071)	(1.204.071)
Intangível	—	—	—	823	824		—	—	(1.204.071)	(1.204.071)
Total do ativo não circulante	12.678	1.670	1.387.447	1.565.302			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Total do ativo	16.885	3.772	2.311.284	2.442.085			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Passivo										
Passivo circulante										
Fornecedores	12	2.952	1.095	1.294.495	793.498		—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	117.759	93.877		—	—	—	—
Salários, provisões e contribuições sociais	200	1.552	94.838	100.496			—	—	—	—
Tributos e contribuições a recolher	1.808	1.923	390.551	660.256			—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	—	195.019	194.930		—	—	—	—
Adiantamentos de terceiros	13	—	—	196.017	198.134		—	—	—	—
Receita diferida	14	—	—	10.342	1.108		—	—	—	—
Parcelamento de tributos federais	—	—	—	1.762	1.475		—	—	—	—
Conta corrente de consórcios	—	—	—	60.069	1.133		—	—	—	—
Retenções contratuais	—	—	—	26.397	26.084		—	—	—	—
Acordo global órgãos públicos	—	—	—	—	56.202		—	—	—	—
Outros passivos	—	—	—	75.286	112.382		—	—	—	—
Total do passivo circulante	4.960	4.570	2.462.535	2.239.575			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Passivo não circulante										
Fornecedores	12	—	—	576.636	576.705		—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	23.418	7.390		—	—	—	—
Tributos e contribuições a recolher	—	—	—	10.631	45.249		—	—	—	—
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	—	—	30.865	6.893		—	—	—	—
Parcelamento de tributos federais	—	—	—	77.339	30.332		—	—	—	—
Partes relacionadas	7.1	19.860	20.039	18.640	18.242		—	—	—	—
Adiantamentos de terceiros	13	—	—	118	14.833		—	—	—	—
Provisão para contingências	18	—	—	414.064	462.389		—	—	—	—
Provisão para perdas em investimentos	9	1.865.565	2.113.317	3.397	28.647		—	—	—	—
Receita diferida	14	—	—	193.475	234.727		—	—	—	—
Acordo global órgãos públicos	—	—	—	—	483.665		—	—	—	—
Titulos a pagar	16	—	—	454.574	482.806		—	—	—	—
Outros passivos	—	—	—	24.618	49.646		—	—	—	—
Total do passivo não circulante	1.885.425	2.133.356	1.827.775	2.441.527			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Patrimônio líquido										
Capital social	17	18.400	—	18.400	—		—	—	—	—
Outros resultados abrangentes	—	—	—	381.836	381.836		—	—	—	—
Prejuízos acumulados	—	—	—	(2.273.736)	(2.268.235)		—	—	—	—
Total do passivo a descoberto	(1.873.500)	(2.134.154)	(1.873.500)	(2.134.154)			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.873.500)	(2.134.154)	(1.979.026)	(2.239.017)			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
Total do passivo	16.885	3.772	2.311.284	2.442.085			1.186.858	(2.268.236)	(2.134.155)	(104.862)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.										
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (2 de 2022)										
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)										
1. Informações sobre o Grupo COESA – A COESA S.A. ("COESA" ou "Companhia") foi constituída em 01 de junho de 2021 e é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo-SP. A Companhia e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, inclusive o gerenciamento e execução de projetos e obras, e a participação em Companhias de qualquer ramo empresarial. A Companhia tem como único acionista, o ZEGAMA Fundo de Investimento em Participações Multiestatutária ("Controladora" ou "FIP ZEGAMA") com participação de 100,00% do seu capital social. Em 02 de julho de 2021, o FIP ZEGAMA alienou suas ações da COESA P&E para a Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo COESA" e individualmente como "entidades do Grupo" ou "controladas"), conforme descritas na nota 1.3. 1.1. Reestruturação societária do Grupo Metha ("M&A"): Em 31 de março 2021, a Metha S.A. (atual denominação da OAS S.A.) ("Metha") com o objetivo de readequar sua estrutura societária e organizacional e implementar uma reorganização societária em seu grupo empresarial, alienou as ações da Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A.) para a sua então subsidiária integral COESA Participações e Engenharia S.A. (atual denominação da OAS Engenharia S.A.) ("COESA P&										

... continuação

ceiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contêm exclusivamente o pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja manter até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contêm pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da Administração. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retira os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas bases do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal correto e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensá-los, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.3. **c) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. **d) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio do arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **e) Investimentos e base de consolidação:** e.1) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. A avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e as participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e as participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. e.2) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes: Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). e.3) Investimentos em coligadas e joint ventures: Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm o controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação da Companhia nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presunções ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. e.4) Consórcios: A controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos, e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. f) Tributação: f.1) Impostos de renda correntes: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. f.2) Impostos de renda diferidos: O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou

COESA S.A.

de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. g) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor poder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. h) **Provisões:** A Companhia reconhece provisões para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. i) **Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua entrega em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. j) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. k) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. l) **Reconhecimento da receita:** l.1) **Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado da medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física e financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medida de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. m) **Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação no resultado do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. n) **Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pelas empresas e suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. O demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). 2.4. **Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente:** A Companhia identificou alterações às IFRS's e CPC's que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2023: • Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12). • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8). • Aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Definição de um negócio (alteração a IFRS3): As alterações a IFRS 3 são obrigatorias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorrerem em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se devem ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes de data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. 2.5. **Novas normas que ainda não estão em vigor:** Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção (alterações ao CPC32/IAS12). • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8). • Aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Definição de um negócio (alteração a IFRS3): As alterações a IFRS 3 são obrigatorias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorrerem em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se devem ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes de data de vigência da referida revisão. A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. 2.6. **Novas normas que ainda não estão em vigor:** Contratos de construção em curso (alterações ao CPC32/IAS12). • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8). • Aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. 2.7. **Partes relacionadas:** A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com empresas do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladoras ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Em 2023, determinadas controladas da Companhia reorganizaram os saldos de conta corrente intercompany, através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente intercompany. 7.1. **Créditos intercompany ativos e passivos:** A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de mutuo e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo:

excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. b.2) **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferentes entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui as autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes, respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. b.3) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. 4. **Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Caixa e bancos	641	1.290
Certificados de depósito bancário – CDB	–	4.842
Aplicações financeiras	–	72
Demais aplicações financeiras	–	9
Total	641	1.782
8.547		

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. **Contas a receber**

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Prestação de serviços de construção	–	1.295.492
Governos (a)	–	221.503
Partes relacionadas (Nota 7.2)	–	25.464
Recebíveis de contratos de concessão	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (b)	–	(696.361)
Total	841.118	812.624
812.624		

(a) Em 31 de dezembro de 2023, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no Brasil e Exterior, dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e também cujas faturas emitidas estão em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas adicionais. (b) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

	Controladora	Consolidado

... *continuação*

COESA S.A.											
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado					
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Construtora OAS – Guiné	–	–	790	–	–	–	–	–	–	–	–
Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	–	–	1.213	21.331	–	–	–	–	–	–	–
Linea Amarilla SAC	–	–	855	857	–	–	–	–	–	–	–
Porto Novo	–	–	23.396	36.908	–	–	–	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	–	–	25.464	70.074	–	–	–	–	–	–	–
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	(1.213)	(31.519)	–	–	–	–	–	–	–
Total	–	–	24.251	38.555	–	–	–	–	–	–	–
7.3. Remuneração da administração (Nota 20): A remuneração da administração, que contempla a Diretoria da Companhia e suas controladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e a seguinte:	a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e sobre os recebimentos de faturas. b) Refere-se a saldo de Imposto sobre valor agregado oriundo de operações de controladas no exterior, principalmente sobre a controlada Sursacial Peru e OAS Energy GmbH.										
9. Investimentos – Informações sobre empresas investidas											
Ativo total		Passivo total		(Passivo a descoberto)		Resultado do exercício					
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controladas											
Coesa Engenharia	177.422	183.387	165.324	173.791	12.098	9.596	2.502	(3.321)	–	–	–
Construtora OAS – Angola	331	331	365	365	(34)	(34)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Argentina	1.232	1.232	4.194	4.194	(2.962)	(2.962)	–	–	–	–	–
Construtora COESA – Bolívia	1.218.004	1.218.004	2.892.190	2.892.190	(1.674.186)	(1.674.186)	–	–	(1.619)	–	–
Construtora OAS – Chile	573	573	230.605	230.605	(230.032)	(230.032)	–	–	220	–	–
Construtora OAS – Colômbia	1.521	1.521	1.955	1.955	(434)	(434)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Costa Rica	164.208	164.208	318.319	318.319	(154.111)	(154.111)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Equador	14.926	14.926	100.863	100.863	(85.937)	(85.937)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Guatemala	615	615	7.004	7.004	(6.389)	(6.389)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Haiti	97.251	97.251	229.364	229.364	(132.113)	(132.113)	–	–	(135)	–	–
Construtora OAS – Honduras	3.027	3.027	16.240	16.240	(13.213)	(13.213)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Panamá	309	309	11.697	11.697	(11.388)	(11.388)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Peru	670.154	670.154	926.814	926.814	(256.660)	(256.660)	–	–	23.344	–	–
Construtora OAS – RD	–	–	2.842	2.842	(2.842)	(2.842)	–	–	10	–	–
Construtora OAS – T & T	4.362.564	4.362.564	4.774.202	4.774.202	(411.638)	(411.638)	–	–	597.735	–	–
Construtora OAS – Uruguai	241.886	241.886	670.016	670.016	(428.130)	(428.130)	–	–	–	–	–
Construtora OAS – Venezuela	–	–	1.827	1.827	(1.827)	(1.827)	–	–	–	–	–
Construtora OAS LLC	12.079	12.079	17.306	17.306	(5.227)	(5.227)	–	–	–	–	–
Edificações Itaigara	802	844	17.764	17.764	(16.962)	(16.962)	–	–	(93)	–	–
Gandines	322.206	322.206	125.311	125.311	196.895	196.895	–	–	101.893	–	–
OAS African	349.167	349.167	728.390	728.390	(379.223)	(379.223)	–	–	(37)	–	–
OAS Energy	124.131	124.131	16.399	16.399	107.732	107.732	–	–	–	–	–
OAS International Engineering GMBH	2.135	2.135	3.878	3.878	(1.743)	(1.743)	–	–	–	–	–
Coesa Logística	28.643	28.829	28.214	27.877	429	952	(522)	(304)	–	–	–
Rodoanel sul 5	1.464	1.645	148.740	147.797	(147.276)	(146.152)	(15)	(1.667)	–	–	–
South Africa	90	90	1.757	1.757	(1.667)	(1.667)	–	–	–	–	–
Controladas em conjunto											
Ecovap	11.077	11.077	4.665	4.665	6.412	6.412	–	–	–	–	–
EPASA	29.116	29.116	(275.872)	(272.737)	304.988	301.853	3.135	27.432	–	–	–
EPP Energia	5.693	5.693	946	(425)	4.747	6.118	(1.371)	(5.182)	–	–	–
OAS Defesa	11.381	11.381	3.275	3.275	8.106	8.106	–	–	–	–	–
Porto Novo	1.025.613	1.025.613	1.176.143	1.176.143	(150.530)	(150.530)	–	–	–	–	–
Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)											
Saldos em 31/12/22											
Provisão para perda		Equivalência patrimonial		Ganho de participação		Provisão/Reversão para perda		Ajuste avaliação patrimonial		Saldos em 31/12/23	
Investimentos	Integração	Impairment	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	participação	para perda	Reversão	Ajuste avaliação	patrimonial	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil											
Coesa P&E	–	(2.113.317)	–	(3)	–	–	–	247.755	–	(1.865.565)	–
Subtotal	–	(2.113.317)	–	(3)	–	–	–	247.755	–	(1.865.565)	–
Participações no Exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	–	–	–	–	–	–	–	247.755	–	(1.865.565)	–
Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (consolidado)											
Saldos em 31/12/22											
Provisão para perda		Equivalência patrimonial		Ganho de participação		Provisão/Reversão para perda		Ajuste avaliação patrimonial		Saldos em 31/12/23	
Investimentos	Baixas	Impairment	Equivalência patrimonial	Dividendos e JCP	participação	para perda	Reversão	Ajuste avaliação	patrimonial	Investimentos	Provisão para perda
Participações no Brasil											
Ecovap	1.414	–	–	–	–	–	–	(3)	1.411	–	–
Inambari	–	–	–	–	–	–	–	(52)	–	(52)	–
Ponte Estaiada	212	–	–	–	–	–	–	905	1.117	–	–
Coesa P&E	–	11.759	–	–	–	–	–	(11.759)	–	–	–
EPP LTDA	–	15.366	–	(18.505)	–	–	–	(206)	–	(3.345)	–
Subtotal	1.626	27.125	–	(18.505)	–	–	–	(11.115)	2.528	(3.397)	–
Participações no Exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
EPASA S.A.	–	1.044	–	–	–	–	–	(1.044)	–	–	–
GI Assets Ltd	100	–	–	–	–	–	–	(50)	50	–	–
Construtora OAS Angola	33	–	–	–	–	–	–	(29)	4	–	–
Construtora OAS Guiné Equatorial	772	–	–	–	–	–	–	(772)	–	–	–
OAS AUSTRIA (OAS Investments GmbH)	–	477	(477)	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	905	1.521	(477)	–	–	–	–	(1.895)	54	–	–
Total	2.531	28.646	(477)	(18.505)	–	–	–	(13.010)	2.582	(3.397)	–
10. Imobilizado											
2023		2022		Taxas médias de depreciação (%a.a.)							
2023	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	(%a.a.)	–	–	–	–	–	–
Consolidado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Terrenos	10.371	–	10.371	10.371	–	–	–	–	–	–	–
Máquinas e equipamentos	146.604	(127.925)	18.679	19.670	17,37	–	–	–	–	–	–
Equipamentos de informática	10.796	(10.640)	156	133	20,00	–	–	–	–	–	–
Móveis e utensílios	49.001	(39.936)	9.065	9.756	10,00	–	–	–	–	–	–
Veículos	55.999	(54.638)	1.361	1.366	21,08	–	–	–	–	–	–
Outros	4.684										

A publicação acima foi realizada o certificado no dia 18/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:



...continuação

COESA S.A.											
19. Receita líquida	Controladora		Consolidado		variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado, instrumentos financeiros derivativos. Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e a maior parte de seus empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes (maioritariamente vinculadas à variação do CDI), conforme disposto na Nota 11.2. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos também estão vinculadas às variações da TLP, IGPm, e US\$.						
	2023	2022	2023	2022	Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Cenário	
Receita bruta:											
Mercado interno	–	–	312.753	284.757	GR39	Construtora OAS S.A. –					
Mercado externo	–	–	–	17.060		Sucursal Honduras	R\$/LPS 0,212500	593	126	158	
Total	–	–	312.753	301.817	GR40	Construtora OAS S.A. –	R\$/USD 5,217700	8	41	51	
Desvolumens e cancelamentos	–	–	–	–	GR41	Construtora OAS S.A. –	R\$/PEN 1,378300	101.181	139.457	174.321	
Impostos incidentes sobre a receita	–	–	(22.885)	(15.781)		Construtora OAS Peru –				209.186	
Receita líquida	–	–	289.868	286.036	GR42	Construtora OAS S.A. – Sucursais Rep. Dominicana	R\$/DOP 0,093300	772	72	90	
20. Demonstração do resultado por natureza e função											
	Controladora		Consolidado								
	2023	2022	2023	2022							
Gastos com pessoal	(3.459)	(4.491)	(73.663)	(86.935)	GR43	Construtora OAS S.A. – Sucursais Trinidad & Tobago	R\$/T&T 0,771200	310.270	239.280	299.100	
Serviços de terceiros	(8.402)	(10.531)	(85.891)	(95.889)	GR44	Construtora OAS S.A. – Sucursal Uruguai	R\$/UYU 0,130600	1.864.785	243.541	304.426	
Gastos gerais	(341)	(151)	(3.504)	(29.361)	GR45	Construtora OAS S.A. – Sucursal Venezuela	R\$/VEN 0,000001	11.012.419	11	14	
Aluguéis	(401)	(301)	(20.960)	(20.305)	GR46	Construtora OAS S.A. – OAS LLC	R\$/CAT 1,433400	7	11	14	
Utilidades e serviços	(111)	(75)	(2.561)	(3.056)	GR47	Construtora OAS S.A. – OAS South Africa	R\$/RAN 0,307700	19	6	8	
Remuneração do pessoal-chave da administração	(48)	(1.608)	(48)	(1.608)	GR48	Construtora OAS S.A. – Energy GMBH	R\$/EUR 5,569400	909	5.064	6.330	
Participações de empregados	–	–	(11)	–	GR49	Construtora OAS S.A. – Engineering GMBH	R\$/USD 5,217700	71	371	464	
Materiais de consumo e aplicação	–	–	(62.063)	(63.993)	GR50	Construtora OAS S.A. – OAS African Ltd	R\$/USD 5,217700	43	225	338	
Custo de mercadoria vendida	–	–	(126)	(67)	GR51	Construtora OAS GE	R\$/UYU 0,130600	437.662	57.159	71.449	
Depreciação e amortização	–	–	(1.928)	(8.339)	GR52	Construtora OAS Ghana	R\$/UYU 0,130600	29.729	3.883	4.854	
Viagens e representações	(80)	–	(1.496)	(2.346)		Construtora OAS –				5.825	
Impostos e taxas	(120)	(13)	(6.882)	(11.625)							
Baixa de contas a receber	–	–	(56)	–							
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	97.566							
Provisão para contingências	–	–	–	(6.000)							
Perda para redução ao valor recuperável "impairment"	–	(1)	45.351	419.877							
Outros	7.382	–	498.844	(359.348)							
Total	(5.580)	(17.171)	285.006	(171.711)							
21. Resultado financeiro											
	Controladora		Consolidado								
	2023	2022	2023	2022							
Receitas financeiras	–	–	–	–	GR58	Construtora OAS – Central American Investing	R\$/USD 5,217700	5.783	30.175	37.719	
Juros recebidos ou auferidos:	–	–	2	10						45.263	
Sobre aplicações financeiras	–	–	5	17.700						1.106.604	
Sobre títulos a receber	–	–	3	–						1.383.259	
Sobre depósito judicial	–	–	(29.043)	163.767						1.659.912	
Variação monetária/cambial ativa	117	186	361.791	569.981							
Descontos obtidos	–	–	–	33.413							
Ajuste a valor justo – Acordo global órgãos públicos	–	–	–	438.407							
Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos	–	–	(110.495)	234.012							
Subtotal	117	186	222.263	1.457.290							
Despesas financeiras	–	–	–	–							
Sobre fornecedores	(33)	(30)	(851)	(917)							
Sobre obrigações fiscais e sociais	–	–	(4.543)	(7.285)							
Sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(12.699)	(7.052)							
Sobre Partes Relacionadas	–	–	(25.406)	–							
Variação monetária/cambial passiva	(2)	(1)	(5.438)	(99.992)							
Comissões, despesas bancárias e finanças bancárias	–	–	(5.071)	(1.869)							
IOF	–	–	(308)	–							
Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos	–	–	–	438.407							
Ajuste a valor justo – Fornecedores	–	–	–	(38)							
Ajuste a valor justo – Acordo global órgãos públicos	–	–	(144.888)	(9.924)							
Outros	(2)	–	287	(32.191)							
Subtotal	(37)	(31)	(198.917)	(697.675)							
Total	80	155	23.346	759.615							
22. Gestão de Risco – As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a											
Risco de crédito. Contas a receber: O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a risco de crédito consistentes, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. Risco de liquidez: Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados nas Notas explicativas 11.1. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores há um ano. 23. Seguros (Não auditado) – Riscos de engenharia e outros: Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, riscos de responsabilidade civil e danos materiais a veículos e equipamentos próprios. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasiona involuntariamente a terceiros. 24. Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) – Até 31 de dezembro de 2023, a Construtora COESA S.A. celebrou, no total, oito Termos de Compromisso de Cessação de Prática (TCCs), com obrigações de pagamento a ser quitada no prazo de máximo de 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento. Dos oito TCCs firmados pela Companhia, Compromisso, já foi plenamente quitado (08700.001837/2016-6 – Ferrovias) e outro está vigente (08700.003243/2017-11 – 29 de Março). Os outros seis TCCs restantes (08700.008223/2016-3 – CENPES, 08700.001880/2016-21 – Petrobras, 08700.008074/2016-8 – PAC Favelas, 08700.004419/2017-10 – Lagunar, 08700.001276/2020-81 – Itaigara e 08700.006653/2020-5 – Luz Para Todos) foram declarados descumpridos pelo CADE, tendo como consequência o retorno do tratamento dos respectivos Processos Administrativos de apuração em face da Compromissária, sendo-lhe garantido direito de defesa no curso das investigações nas mesmas condições dos demais Representados. 25. Eventos subsequentes – Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão das demonstrações contábeis.											
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas											

AlmaViva Solutions S.A.

(Anteriormente denominada Magna Sistemas Consultoria S.A.)
CNPJ/MF nº 01.165.671/0001-75

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Balanços Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Notas	Controladora	Notas	Controladora	Consolidado	Notas	Controladora	Consolidado	Reservas de lucros
Ativo	Notas	2024	2023	2024	2024	Notas	2024	2023	2024
Circulante		294.956	195.522	326.111	326.111	Receita operacional líquida	15	468.912	402.593
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.727	36.739	86.007	86.007	Custo dos serviços prestados	16	(326.629)	(270.953)
Contas a receber de clientes	5	193.188	135.622	219.624	219.624	Lucro bruto	16	142.283	131.640
Impostos a recuperar	7	13.829	7.742	15.260	15.260	Despesas gerais e administrativas	(22.522)	(14.966)	(22.862)
Despesas antecipadas	6	4.025	14.790	4.032	4.032	Despesas com vendas	(8.887)	(7.421)	(8.887)
Outros créditos	1.187	629	1.188			Outras receitas (despesas) operacionais	4.275	(1.353)	4.243
Não circulante		33.076	21.200	15.110	15.110	Resultado de equivalência patrimonial	(27.134)	(23.740)	(27.506)
Depósitos judiciais	172	40	172			Lucro antes do resultado financeiro	17	1.438	6.538
Outros créditos	4	35	7			Resultado financeiro	17	1.438	6.538
Títulos e valores mobiliários		8.160				Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	122.184	114.438	125.032
Impostos diferidos		3.095				Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(22.633)	(37.533)
Investimentos	8	17.997				Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(15.186)	1.541
Imobilizado	9	10.153	8.241	10.153	10.153	Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	(37.819)	(35.992)	(40.667)
Intangível		3.467	612	3.467	3.467	Lucro líquido do exercício	84.365	78.446	84.365
direito de uso		1.283	1.017	1.311	1.311				
Total do ativo		328.032	216.722	341.221	341.221				
Passivo									
Circulante		158.385	100.401	171.498	171.498				
Fornecedores	10	32.499	40.206	41.930	41.930				
Contas a pagar		2.485	11.591	2.485	2.485				
Emprestimos e financiamentos		4.146							
Arrendamentos		997	966	1.026	1.026				
Obrigações fiscais e tributárias	11	20.871	15.587	22.654	22.654				
Obrigações com pessoal e encargos sociais	12	22.764	27.849	22.764	22.764				
Juros sobre o capital próprio a pagar		5.858	—	5.858	5.858				
Dividendos a pagar	14	20.037	—	20.037	20.037				
Provisão de custos	10	40.585	—	40.585	40.585				
Outras contas a pagar		198	—	199	199				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	12.091	56	13.960	13.960				
Não circulante		12.120	3.331	12.120	12.120				
Obrigações com pessoal e encargos sociais	12	11.280	—	11.280	11.280				
Emprestimos e financiamentos		3.093	—						
Arrendamentos		709	51	709	709				
Provisão para contingências	13	131	187	131	131				
Patrimônio líquido		157.527	112.990	157.603	157.603				
Capital social	14	100.000	5.500	100.000	100.000				
Reservas de lucros		57.527	107.490	57.603	57.603				
Total do passivo e patrimônio líquido		328.032	216.722	341.221	341.221				
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras									
1. Contexto operacional – Criada em 1996, a Companhia tem como objeto social: i) análise e desenvolvimento de sistemas, programação, processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, elaboração de programas de computador, assessoria e consultoria em informática, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, planejamento, conceção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; ii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; iii) comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados; iv) representação de qualquer natureza, inclusive comercial; v) intermediação de negócios e contratos em geral; vi) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário; vii) gestão, administração e gerenciamento e; viii) participação em sociedades e empreendimentos que se afiguram potencialmente lucrativos para a sociedade. Em 10 de abril de 2024, a Companhia adquiriu 100% das quotas da Pyxisinfo Tecnologia Ltda., tornando-se sua sócia única da Sociedade. A aquisição foi efetuada pelo valor contábil do acervo líquido na data da aquisição, R\$12.400. Nesta mesma data, a Brita S.A., empresa brasileira do Grupo AlmaViva, que tem sede na Itália, adquiriu 51% das ações da Companhia, tornando-se seu acionista controlador. Ainda em 10 de abril de 2024, em virtude desta aquisição, a Companhia alterou sua razão social para "AlmaViva Solutions S.A.", com o objetivo de associar-se à imagem e marca do Grupo AlmaViva. 2. Resumo das principais políticas contábeis – 2.1. Base de preparação e apresentação : As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas na base do custo histórico e utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. A Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras consolidadas não apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, pois sua única controlada foi adquirida em 10 de abril de 2024, conforme divulgado na Nota 1. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de sócios realizada em 14 de abril de 2025. 2.2. Base de consolidação : As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a total capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações com sua controlada são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária na controlada, sem perda de exercício do controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder controle sobre sua controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. 2.4. Reconhecimento da receita : A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por meio da medição dos trabalhos executados, com o devido aceite do cliente e emissão da respectiva nota fiscal. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa : Incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias, aplicações financeiras resgatáveis prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante mudanca de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.6. Contas a receber de clientes : São apresentados de acordo com os valores de realização. A provisão, se aplicável, é constituida com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. 2.7. Imobilizado : Registrado ao custo da aquisição adicionada aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) : A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais									
2.9. Ativo Intangível : Ativos intangíveis que permanecem no ativo contábil por mais tempo, mesmo quando não há contrato de venda firme, com base no preço do mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes, se houver. 2.10. Ativo Intangível : Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado do exercício em que for incorrido. A vida útil de ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo a cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período de amortização, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação da vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação da vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício. 2.11. Impostos sobre vendas : As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) Cumulativo e Non Cumulativo às taxas de 0,65% 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Cumulativo e Non Cumulativo às taxas de 3% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2,5% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,5%; ii) Imposto de renda e contribuição social – corrente : Atribuições sobre o lucro resultante da contribuição de renda e contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. 2.11. Impostos sobre vendas : As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 2.12. Mudanças nas políticas contábeis : Em junho de 2024, tendo como base no § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, e consubstanciada por seus consultores jurídicos, a Companhia alterou seu regime de participação e recolhimento do imposto de renda e contribuição social referente às operações com órgãos públicos, que representam aproximadamente 95% das receitas da Companhia (individual e consolidado) em 2024. Conforme permitido pela legislação fiscal brasileira, os impostos supracitados passaram a ser apurados com base nos recebimentos mensais de notas fiscais emitidas para os entes públicos e recolhidos no mês subsequente. Tal mudança ocorreu prospectivamente e resultou em apurações fiscais e fluxos de caixa mais fidedignos perante as operações da Companhia. 2.13. Novos pronunciamentos contábeis e novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados em 2024 : a) Adoção de novos pronunciamentos contábeis : Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data que afeta materialmente as demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração									

...continuação

Almaviva Solutions S.A. (Anteriormente denominada Magna Sistemas Consultoria S.A.)																							
Controladora Consolidado			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	Controladora Consolidado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	Seguradora	Vigência	Ramo	Limite Máximo de Indenização										
11. Obrigações fiscais e tributárias																							
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	4.998	6.995	5.044				Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social	122.184	114.438	125.032	Porto Seguro	26/03/2024 até	Equipamentos portáteis eletrônicos	R\$3									
PIS e COFINS a recolher	9.325	1.953	10.598				Imposto de renda	25%	25%	25%	Porto Seguro	30/03/2024 até	Equipamentos portáteis eletrônicos	R\$13									
Contribuição previdenciária a recolher	747	2.222	747				Contribuição Social	9%	9%	9%	Porto Seguro	30/03/2025	Compreensivo										
ISS a recolher	4.629	3.124	4.858				Alíquota nominal – 34%	(37.819)	(38.909)	(40.667)	Porto Seguro	14/04/2024 até	Empresarial	R\$770									
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.164	1.240	1.386				Ajuste de juros sobre capital próprio	2.343	2.262	2.343	Porto Seguro	09/05/2024 até	Compreensivo	R\$4.000									
Outros	8	53	22	20.871	15.587	22.654	Diferenças permanentes	–	112	–	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial	R\$2.200									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.091	56	13.960				Impostos e custos sobre notas não recebidas e receitas provisionadas	258.326	–	265.897	Porto Seguro	11/11/2024 até	Empresarial	100% da tabela FIPE									
	32.962	15.643	36.614				Notas recebidas (públicos) e notas competência (privados)	200.651	–	200.651	Tokio Marine	11/11/2025	Veículos										
12. Obrigações com pessoal e encargos sociais																							
Acionista	Ações		Participação		Controladora Consolidado		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024												
Bruta S.A.	2.805.000		51%		Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social		122.184		114.438		Porto Seguro												
Adriano José Jureidini Dias	2.695.000		49%		Imposto de renda		25%		125.032		30/03/2025												
Total	5.500.000		100%		Contribuição Social		9%		Porto Seguro		30/03/2025												
iv) Dividendos mínimos obrigatórios: Em respeito ao inciso ii do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia e ao artigo 202 da Lei 6.404/76, foi efetuada a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$20.037, que corresponde a 25% do lucro líquido do exercício (R\$84.365) após a dedução da reserva legal (R\$4.218), que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício.																							
15. Receita operacional líquida																							
Receitas com prestação de serviços	454.405	379.591	459.954				Resultado de equivalência patrimonial	(5.597)	–	–	Porto Seguro	09/05/2024 até	Equipamentos portáteis eletrônicos	R\$3									
Cessão de direito de uso	71.789	77.231	93.222				Custos e impostos sobre receita recebida – públicos	(127.094)	–	(127.094)	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$1.800									
Receita de Exportação de Serviços	339	–	339				Notas não recebidas e receitas provisionadas – públicos	(379.141)	–	(392.208)	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial										
Receita bruta	526.533	456.822	553.515				Outras adições (exclusões)	(6.288)	(998)	(6.288)	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$4.000									
(-) Imposto sobre vendas	(57.621)	(54.229)	(60.529)				Impostos correntes	(22.633)	(37.533)	(23.611)	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial	R\$2.200									
Receita operacional líquida	468.912	402.593	492.990				Impostos diferidos	(15.186)	(1.541)	(17.055)	Porto Seguro	09/05/2025	Equipamentos portáteis eletrônicos	100% da tabela FIPE									
Alíquota efetiva	31%	31%	33%				Total	(37.819)	(35.992)	(40.666)	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo										
16. Custo dos serviços prestados																							
Receitas com prestação de serviços prestados	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024				Receitas provenientes de órgãos públicos, que correspondem a aproximadamente 95% da receita total auferida em 2024 (individual e consolidado), calculados pelo regime de competência (vigente até maio de 2024) e o montante apurado sobre essas mesmas receitas pelo regime de caixa (com base nos recebimentos ocorridos no período), de acordo com a mudança de política contábil supracitada. Em junho de 2024, tendo como base normativo da Receita Federal do Brasil e consubstanciada por seus consultores jurídicos, a Companhia alterou seu regime de apuração e recolhimento de imposto de renda e contribuição social referente às operações com órgãos públicos, que representam aproximadamente 95% das receitas da Companhia (individual e consolidado) em 2024. Conforme permitido pela legislação fiscal brasileira, os impostos supracitados passaram a ser apurados com base nos recebimentos mensais de notas fiscais emitidas para os entes públicos e recolhidos no mês subsequente.																
Custo dos serviços prestados	79.413	(74.986)	(83.505)				19. Seguros	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$1.800									
Custo com licenças de uso	(49.846)	(48.475)	(61.196)				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial										
Custo com pessoal	(197.370)	(147.492)	(197.370)				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$4.000									
Total	(326.629)	(270.953)	(342.071)				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial	R\$2.200									
17. Resultado financeiro																							
Descontos concedidos	(46)	(173)	(46)				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$1.800									
Juros sobre empréstimos	(798)	(798)	(465)				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$4.000									
Descontos obtidos	43	304	43				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial	R\$2.200									
Outros	499	448	501				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$1.800									
Total	5.054	8.613	5.264				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Empresarial	R\$2.200									
18. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação da taxa de efetiva de imposto de renda e contribuição social:																							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	187	–	–				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$1.800									
(+) Complemento de provisão	–	–	–				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$4.000									
(-) Baixas	(56)	–	–				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$2.200									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	131	–	–				–	–	–	–	Porto Seguro	09/05/2025	Compreensivo	R\$1.800									
Em 2024 um processo trabalhista cuja provisão era de R\$56 foi liquidado pelo valor de aproximadamente R\$36. A diferença foi reconhecida na demonstração do resultado. ii) Processos com probabilidade de perda possível: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui uma provisão para investimentos no montante de R\$13.415 (R\$20 em 31 de dezembro de 2023). iii) Natureza das contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, às quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. 14. Patrimônio líquido – i) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023 o Capital Social, totalmente subscrito e integralizado era dividido em 5.500.000 ações ordinárias de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$5.500. Em abril de 2024, os sócios aprovaram por unanimidade a integralização de capital no valor de R\$94.500, sendo R\$1.100 através																							
19. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os ativos segurados são os veículos próprios e a edificação, os quais a Companhia e suas filias estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2024, os principais seguros contratados são:																							
Ativos financeiros	82.727	36.739	86.007				Valor Contábil	Controladora	31/12/2023	31/12/2024	Controladora	31/12/2023	31/12/2024										
Caixa e equivalentes de caixa	193.188	135.622	219.6																				

Gonçalves Dias Empreendimentos Imobiliários S.A.									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)									
ATIVO	31/12/2024		31/12/2023		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital Social	Reserva de capital	Adiantamento p/ Reserva de capital	Reserva de Lucros	Lucro do Período	Total do patrimônio líquido			
Circulante	7.966.739	18.570.771	6.690.000	2.421.000	18.000	25.989.964	3.207.561	38.326.525	
Caixa	23	23	19.500.000	—	—	—	—	19.500.000	
Bancos	10.924	12.785	—	—	—	—	—	2.260.467	2.260.467
Aplicação financeiras	1.702.244	12.156.152	—	—	—	(90.000)	—	(90.000)	
Estoques	1.273.889	941.209	—	—	—	—	—	—	
Adto a terceiros	75.666	170.735	—	—	—	—	—	—	
Impostos a recuperar	17.980	71.174	—	—	—	—	—	—	
Valores a receber	5.218.693	5.218.693	—	—	—	—	—	—	
Não circulante	58.567.400	26.641.270	3.750.269	3.622.435	—	—	—	—	
Realizável a longo prazo:	34.373.951	4.064.919	34.373.951	4.064.919	—	—	—	—	
Propriedade p/ investimentos	34.373.951	4.064.919	—	—	—	—	—	—	
Investimentos em controladas	20.323.885	18.823.885	—	—	—	—	—	—	
Imobilizado	3.952.031	3.822.883	—	—	—	—	—	—	
(-) Depreciação	(82.468)	(70.416)	—	—	—	—	—	—	
Total do ativo	66.534.138	45.212.042	26.190.000	2.421.000	18.000	25.989.964	5.468.028	59.996.993	
PASSIVO									
Circulante	147.664	163.356	31/12/2024	31/12/2023	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Fornecedores	2.934	457			Receita bruta operacional	3.750.269	3.622.435	Atividades operacionais	31/12/2024
Impostos e contribuições a recolher	13.652	11.169			Receita de locação de imóveis	3.700.269	3.622.435	Atividades de investimentos	31/12/2023
Provisão IRPJ e CSLL	116.103	133.434			Receita de venda imóveis/terrenos	50.000	—	Atividades de financiamentos	—
Salários e obrigações trabalhistas	14.976	18.295			Receita bruta	3.750.269	3.622.435	Atividades de investimentos	31/12/2023
Não Circulante					Receita líquida de vendas	3.613.384	3.490.216	Atividades de investimentos	—
Exigível a longo prazo:					Lucro bruto	3.613.384	3.490.216	Atividades de investimentos	—
Empréstimos Socios e Coligadas	5.455.494	5.455.494			Lucro / prejuízo operacional	2.882.769	3.799.442	Atividades de investimentos	—
Outras contas a pagar	1.266.667	1.266.667			Lucro / prejuízo antes do IRPJ/CSLL	2.882.769	3.799.442	Atividades de investimentos	—
Patrimônio Líquido					Lucro / prejuízo do exercício	2.260.467	3.207.561	Atividades de investimentos	—
Capital social	26.190.000	6.690.000							
Adiantamento p/ Aumento de Capital	2.421.000	2.421.000							
Reserva de capital	18.000	18.000							
Reserva de Lucros	29.107.525	25.989.964							
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.260.467	3.207.561							
Total do passivo	66.534.138	45.212.042							
André Gonçalves Dias - Diretor Presidente	Zanata Henrique da Silva - CRC-1SP253529/0-7								

Grupo Gonçalves Dias S.A.									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)									
ATIVO	31/12/2024		31/12/2023		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	Capital Social	Reserva de capital	31/12/2024	31/12/2023	Atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023	Atividades de investimentos	31/12/2023
Circulante	195.044.351	191.737.318	Circulante	33.002.436	21.259.893	Atividades operacionais		Atividades operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa	9.154.067	30.036.942	Fornecedores	25.379.868	11.938.193	Lucro líquido do período	2.260.467	2.307.561	
Contas a receber	21.238.599	21.128.322	Impostos e contribuições a recolher	1.108.707	3.266.440	Depreciação e amortização	12.052	12.377	
Estoques	111.209.364	117.024.229	Salários e obrigações trabalhistas	3.652.430	3.274.619	Lucro líquido ajustado	2.272.519	3.219.938	
Estoque em trânsito	44.099.742	18.002.544	Emprestímo com terceiros	1.914.796	1.914.796	Estoques	(332.680)	—	
Impostos a recuperar	2.425.946	1.823.110	Adiantamento de clientes	946.635	865.845	Impostos a recuperar	53.195	(30.221)	
Adiantamento de fornecedores	3.190.235	309.804	Não circulante	5.831.705	5.963.092	Despesas antecipadas	95.069	(141.118)	
Despesas antecipadas	3.726.398	3.412.365	Emprestímos e financiamentos	5.730.833	5.730.833	Fornecedores	2.476	—	
Não circulante	9.157.547	6.679.290	IRPJ e CSLL diferido	100.872	232.259	Obrigações trabalhistas	(3.319)	5.207	
Partes relacionadas	100.000	100.000	IRPJ e CSLL diferido	100.872	232.259	Impostos a recolher	(14.848)	(86.781)	
Depósitos judiciais	119.657	130.644	Capital social	36.805.243	36.805.243	Fluxo de caixa das ativid. operacionais	2.072.412	2.967.025	
Imobilizado	25.695.849	21.556.129	Reserva legal	1.812.000	1.812.000	Atividades de investimentos			
(-) Depreciação	(17.072.901)	(15.319.092)	Reserva de lucros	111.695.649	110.258.577	Atividades de financiamentos			
Intangível	314.942	211.610	Lucro do exercício	14.859.054	21.866.947	Integralizações de capital	19.500.000	6.600.000	
Total do ativo	204.201.898	198.416.608				Dividendos pagos	(90.000)	—	
PASSIVO									
Circulante									
Revenda de mercadorias	247.502.537	258.485.225	Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	32.457.624	42.275.411				
Receita bruta			Depreciação e amortização	(1.923.071)	(1.964.428)				
(-) Devoluções	(1.024.677)	(791.091)	Ganhos e perdas ativo imobilizado	120.500	1.480.121				
(-) Impostos s/ vendas	(53.804.928)	(57.227.982)	Receitas financeira	2.417.506	5.146.687				
Receita líquida de vendas	192.672.933	200.466.152	Outras receitas	832	4.285				
Lucro bruto	80.208.766	85.23							

DMCard Participações S.A.											
Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 - (Em milhares de Reais)											
Balanços Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo	Notas Explicativas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Notas Explicativas	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros
Circulante		22.891	38.223	4.810.754	1.901.078	24	78.757	—	505	17.018	6.571
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.777	21.646	474.848	77.080					—	(2.045)
Títulos e Valores Mobiliários	5	4	—	123.971	337.717					—	—
Contas vinculadas		—	—	6.597	2.041					—	—
Contas a receber	6	—	—	4.030.101	1.368.665					—	—
Tributos e contribuições a recuperar	7	545	406	58.040	5.201					—	—
Despesas antecipadas		158	—	10.991	2.878					—	—
Outros créditos	8	10.407	16.171	106.206	107.496					—	—
Realizável a longo prazo		—	—	—	12.856					—	—
Outros instrumentos financeiros		—	—	—	12.856					—	—
Não circulante		1.030.115	169.460	1.117.231	235.824					—	—
Títulos e Valores Mobiliários.	5	—	—	59.212	19.607					—	—
Despesas antecipadas.		—	—	693	1.610					—	—
Outros créditos.	8	—	8	7.166	6.544					—	—
Créditos tributários	26.2	—	—	175.274	12.937					—	—
Investimentos	9	859.615	169.452	—	85.094					—	—
Imobilizado		—	—	26.822	28.871					—	—
Intangível	10	170.500	—	848.064	81.161					—	—
Total do Ativo		1.053.006	207.683	5.927.985	2.149.758					—	—
Passivo e Patrimônio Líquido		2024	2023	2024	2023					—	—
Circulante		62.326	15.311	3.467.093	1.098.260					—	—
Depósitos	11	—	—	449.313	19.439					—	—
Fornecedores		173	1	16.125	13.767					—	—
Obrigações por transações de pagamentos	12	—	—	1.636.065	606.686					—	—
Obrigações com bandeira	13	—	—	721.882	161.168					—	—
Empréstimos e financiamentos	14	—	—	199.006	42.957					—	—
Arrendamento Mercantil		—	—	8.208	1.646					—	—
Salários e encargos sociais		—	—	9.998	7.732					—	—
Tributos e contribuições sociais	15	411	1	41.236	13.771					—	—
Tributos e impostos parcelados	16	—	—	9.144	7.044					—	—
Debêntures	17	18.944	—	121.019	37.119					—	—
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos	18	—	—	90.137	44.237					—	—
Receita diferida	19	41.404	—	41.404	—					—	—
Dividendos a pagar	20	686	15.309	2.087	24.261					—	—
Outras contas a pagar	21	708	—	121.469	118.433					—	—
Não circulante		721.700	—	2.186.345	861.401					—	—
Depósitos.	11	—	—	803.419	52.058					—	—
Obrigações por transações de pagamentos.	12	—	—	505	—					—	—
Empréstimos e financiamentos.	14	—	—	20.905	27.075					—	—
Arrendamento Mercantil.		—	—	1.118	7.904					—	—
Tributos e impostos parcelados.	16	—	—	29.247	25.821					—	—
Debêntures.	17	166.193	—	472.949	471.503					—	—
Obrigações em Operações de Transferência de Ativos.	18	—	—	255.599	268.043					—	—
Receita diferida	19	555.507	—	555.507	—					—	—
Passivos contingentes	22	—	—	6.189	707					—	—
IRPJ e CSLL Diferido	26.2	—	—	5.872	8.290					—	—
Outras contas a pagar.	21	—	—	35.035	—					—	—
Patrimônio Líquido		268.980	192.372	274.547	190.097					—	—
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores		268.980	192.372	271.712	192.372					—	—
Capital social		239.321	114.757	239.321	114.757					—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	2.635	—	2.635					—	—
Reserva legal		—	3.071	—	3.071					—	—
Reserva de capital		39.254	32.971	39.254	32.971					—	—
Reservas de lucros		—	40.690	—	40.690					—	—
Ações em tesouraria		(9.595)	(1.752)	(9.595)	(1.752)					—	—
Outros resultados abrangentes		—	—	2.732	—					—	—
Participação de não controladores		—	—	2.835	(2.275)					—	—
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.053.006	207.683	5.927.985	2.149.758					—	—
Demonstrações dos Resultados Exercícios											
Notas Explicativas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Notas Explicativas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Notas Explicativas	Controladora 2024
Receita líquida de serviços	25.1	0	—	670.898	479.948						
(-) Custo dos serviços prestados	25.2	—	—	(515.695)	(384.540)						
(+) Lucro (Prejuízo) Bruto		0	—	155.203	95.408						
(+/-) Despesas/receitas operacionais		(123.803)	52.497	(1.256.298)	(406.020)						
Gerais e administrativas	25.3	(4.488)	(1.758)	(168.973)	(86.614)						
Outras receitas (despesas) operacionais	25.4	21.913	—	140.435	48.838						
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6.3	—	—	(1.227.760)	(366.203)						
Resultado Equivalência Patrimonial	9	(141.228)	54.254	—	(2.041)						
(-) Resultado operacional antes do resultado financeiro		(123.803)	52.496	(1.101.095)	(310.612)						
Receitas financeiras	25.5	2.049	688	1.212.823	589.288						
Despesas financeiras	25.5	(30.035)	(1.878)	(379.302)	(205.175)						
(-) Resultado financeiro líquido		(27.986)	(1.190)	833.521	384.113						
(-) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(151.789)	51.306	(267.574)	73.501						
(-) Imposto de Renda	26.1	—	—	(22.719)	(14.882)						
(-) Contribuição Social	26.1	—	—	(11.300)	(8.286)						
(+) Imposto diferido	26.2	—	—	148.645	(990)			</td			

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2025, às 15:00 horas
Data, Hora e Local: aos 19 dias de março de 2025, às 15:00 horas, na sede da Companhia, situada na Cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Portugal, nº 400, Itaqui, CEP 06696-060. **Composição da Mesa:** Fernando Extract Brauner - Presidente; e Mario Slomovitz Weigensberg - Secretário. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas em livro próprio. **Convocação:** dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão e subscrição de novas ações; (ii) alteração do "caput" do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a deliberação constante no item "i" acima; e (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos dos Presentes:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após termos sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberaram: (i) aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), mediante a emissão e subscrição de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação. As novas ações são subscribas e integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional, com a expressa anuência da totalidade dos acionistas, que renunciaram ao exercício do direito de preferência, exclusivamente por **Carlos Extract Brauner**, conforme consubstanciado no Boletim de Subscrição anexo, que, rubricado pelos presentes, passa a fazer parte desta ata como **Anexo I**. O preço de emissão das novas ações ordinárias foi fixado de acordo com o disposto no artigo 170, §1º, II, da Lei nº 6.404/76. Desta forma, o capital social passa, de R\$79.446.283,52 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), para R\$79.446.283,52 (setenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), representado por 4.859.344 (quatro milhões, oitocentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (ii) aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que, tendo em vista a deliberação "a" acima, passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$79.446.283,52 (setenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 4.859.344 (quatro milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal"; e (iii) aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já incorporando as alterações ora deliberadas, o qual passa a vigorar a partir desta data em seu inteiro teor na forma transcrita no texto constante do **Anexo II**, que, rubricado pelos acionistas presentes, passa a fazer parte integrante da presente ata, para todos os fins e efeitos, como se nela estivesse transcrita. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos componentes da mesa dirigente e por todos os acionistas presentes, declarando o Senhor Presidente encerrada esta Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Fernando Extract Brauner - Presidente; e Mario Slomovitz Weigensberg - Secretário. **Acionistas presentes:** Carlos Extract Brauner; e Fernando Extract Brauner. Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. Itapevi, 19 de março de 2025. JUCESP nº 100.649/25-7 em 27/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF 45.281.813/0001-35 - NIRE 35.300.116.542

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2025
1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 31 de março de 2025, às 09h00min, na sede social da companhia, localizada na Estrada da Antiga Fazenda Itaque, s/nº, Rural, CEP n. 14920-000 no município de Nova Europa, Estado de São Paulo, por videoconferência por meio de aplicativo disponibilizado pela Companhia. **2. Convocação:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, nos termos do §4º, art. 124 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores. **3. Presenças:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Usina Santa Fé S.A. ("Companhia"), conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Roberto Malzoni Filho. Secretária: Sra. Anita Ferraz Malzoni. **5. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: a) reeleger os membros do Conselho de Administração para mandato de 3 (três) anos, que se encerrara com a posse de seus substitutos, indicando o Presidente e Vice-Presidente; b) fixar a remuneração global dos administradores conforme artigo 9º, parágrafo terceiro do Estatuto Social. **6. Esclarecimentos iniciais:** os Acionistas, representando a totalidade do capital social, por unanimidade: (i) dispensaram as formalidades de convocação, considerando sanados eventuais vícios de convocação (falta de publicação dos anúncios, inobservância dos prazos etc.); (ii) ratificaram a autorização para realização da Assembleia por videoconferência e, ainda, que as assinaturas apostas neste instrumento sejam realizadas por meio da ferramenta de assinatura digital DocuSign ou AtlasSign, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da MP nº 2.200-2/2001 e; (iii) autorizaram a lavratura desta ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, parágrafo 1º da LSA. **7. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições: **7.1.** Aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Usina Santa Fé S.A., para um mandato de 03 (três) anos, o qual se estenderá até a posse dos seus substitutos, bem como a indicação dos seus cargos: **Sr. Roberto Malzoni Filho**, brasileiro, divorciado, industrial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Rio de Janeiro, n. 33 - ap. 171, CEP 01240-010, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.942.823-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.443.488-00, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; a Sra. **Anita Ferraz Malzoni**, brasileira, solteira, assistente social, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, n. 1.446 ap. 104, CEP. 01404-002, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.896.342-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 034.481.928-05, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; Sra. **Helena Malzoni Romanach**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da cédula de identidade R.G. nº 2.259.426-6 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 127.017.208-50, residente e domiciliada na Rua Wanderley, nº 527, apto. 51, Vila Pompeia, São Paulo/SP, CEP 05011-001; o Sr. **Fernando Luiz de Mattos Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo n. 846, conjunto 102, sala Q, Torre Alpha, Cerqueira César, CEP. 01141-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.815.479-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 743.195.408-59; Sra. **Heloisa Cleaver Malzoni**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG no 36.149.935-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 219.978.068-60, residente e domiciliada na Avenida Paulista no 66, apto 71, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-000; a Sra. **Mônica Carneiro Meira Bergamaschi**, brasileira, divorciada, engenheira agrônoma, residente e domiciliada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua 7 de Setembro, nº 2875, Centro, CEP. 13560-181, inscrita no CREA - 6º Região sob nº 5060097096/D, portadora da cédula de identidade RG nº 17.551.195-0-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 098.905.778-01 e o Sr. **Luiz Carlos de Campos Salles**, brasileiro, casado, engenheiro metalurgista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aldo de Azevedo, nº 131, CEP 05453-030, Vila Madalena, portador da cédula de identidade RG nº 5.571.581 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 023.114.208-01 para os cargos de Conselheiros. Os conselheiros, ora reeleitos para o Conselho de Administração, tomaram posse de seus respectivos cargos, mediante assinatura do Termo de Posse de Conselheiros e Declaração de Desimpedimento que ficarão arquivados na sede da Companhia, ficando investidos de todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia e declararam para os devidos fins e sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial de exercer a atividade mercantil, o comércio ou administração de sociedade mercantil, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concusso, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **7.2.** Aprovaram a remuneração global devidos aos Administradores até o montante anual de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), conforme Artigo 9, § 3º do Estatuto Social. **8. Documentos Arquivados na Companhia:** Ficam arquivados na sede da Sociedade os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Acionistas ou que estejam relacionados as informações prestadas durante a Assembleia. **9. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente Ata, que depois de lida, achada conforme e aprovada, é assinada por todos os presentes, para todos os fins de direito. Acionistas presentes: Zansugar Participações S.A. (por Roberto Malzoni Filho), LHT Participações S.A. (por Maria Malzoni Romanach), HRJE Participações S.A. (Eduardo Ferraz Malzoni), AFMSF Participações S.A. (por Anita Ferraz Malzoni) e Centro e Um Participações S.A. (por Fernando Luiz de Mattos Oliveira e Natalia Malzoni Matos Oliveira). A presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. JUCESP nº 129.399/25-5 em 09/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09:00, do dia 30 de abril de 2025, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://shre.link/Mdad>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **b.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **c.** Reeleição dos membros da Diretoria; **d.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 18 de abril de 2025. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor. (18, 23 e 24/04/2025)

Tupi Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 59.115.685/0001-64 - NIRE 35300656253

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025
1. Data, hora e local: Em 16 de abril de 2025, às 16:00 horas, na sede social da **Tupi Energias Renováveis S.A.** situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 04543-000 ("Companhia"). **2. Convocação e presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Ricardo Alberto Oliveira dos Santos** e Secretária: **Luana Martins Viana**. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia no valor de R\$535.000.000,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Companhia com o respectivo cancelamento de 535.000.000 (quinhentos e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada; (ii) a reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir as alterações do capital social; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar ou exercer todos e quaisquer atos relacionados à implementação das deliberações acima. **5. Deliberações.** A única acionista da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: 5.1. aprovou a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando os atuais R\$ 1.413.099.721,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e três milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais) para R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), uma redução, portanto, de R\$535.000.000,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Companhia com o respectivo cancelamento de 535.000.000 (quinhentos e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia estabelecidos nos termos dos artigos 170 e 173 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Consignar que, nos termos do §1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores a referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.3. Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item 5.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no artigo 174, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.4. Consignar que a quantia total da redução da Capital da Companhia, no montante R\$535.000.000,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de reais), será restituída à Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. 5.5. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.2 acima, aprovou a alteração do **Artigo 5º do Estatuto Social** da Companhia, para refletir as deliberações tomadas nesta assentada, que passa a vigorar seguinte redação: "Artigo 5º. O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 878.099.721,00 (oitocentos e setenta e três milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais), dividido 878.099.721 (oitocentos e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentos e vinte e um reais) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 5.6. A Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **6. Encerramento, lavratura e aprovação.** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos - Presidente; e Luana Martins Viana - Secretária. **Acionista:** Ibitu Energia S.A. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 16 de abril de 2025.

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, conjunto 281, bloco A, condomínio WTorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04.543-011, que na qualidade de debenturista titular de mais de 10% das debenturas em circulação do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 49.732.175/0001-82, sediada na Avenida Jose Cesar de Oliveira, nº 21, conjunto 31/33, bloco III, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05317-020 ("Debenturistas Tok&Stok" ou "Companhia", respectivamente), com fulcro na Cláusula 13.2 da escritura de emissão das Debenturas Tok&Stok ("Escritura de Emissão") e nos artigos 71, § 1º, e 124 da Lei nº 6.404/1976, CONVOCA os titulares das Debenturas Tok&Stok ("Debenturistas") a se reunirem em **assembleia geral de debenturistas** a ser realizada, em primeira convocação, na **sede da Companhia**, às 09:00 horas do dia **29 de abril de 2025**, para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia ("AGD"): (i) **CONDICIONADO** à assunção de determinadas obrigações vinculantes pelos Ofertantes (conforme termo abaixo definido) e/ou demais partes envolvidas, em condições satisfatórias aos Debenturistas, a serem pactuadas mediante deliberação nesse sentido na forma prevista na Escritura de Emissão, conceder a **RENUNCIÁ FORMAL**, em consonância com o disposto na Cláusula 10 da Escritura de Emissão, com relação ao direito dos Debenturistas de declarar o vencimento antecipado das Debenturas Tok&Stok em função da ocorrência das hipóteses aplicáveis, e na extensão a ser eventualmente determinada pelos Debenturistas na AGD - previstas na Cláusula 10.1.2(iii), em quaisquer dos itens da Cláusula 10.1.2(iv) e/ou Cláusula 10.1.2(v) da Escritura de Emissão -, e decorrentes da eventual liquidação da OPA, observados os termos e condições previstos no Edital de Oferta Pública Voluntária para Aquisição do Controle da Mobly S.A. "publicado por Regain Participações Ltda. e Paul Jean Dubrule (em conjunto, os "Ofertantes") em 15 de abril de 2025 ("Edital da OPA"); e (ii) **AUTORIZAR A PRÁTICA**, pelo Agente Fiduciário e/ou pelas demais partes envolvidas, dos atos necessários à implementação das deliberações referidas no item (i) acima da ordem do dia. **Instr**

Echoenergia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.743.678/0001-22

Relatório da Administração

Senhoras e senhores acionistas, A Administração da Echoenergia Participações S.A. ("Echoenergia" ou "Companhia") submete, para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 2024 e 2023, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. O presente documento cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). É destinado, prioritariamente, aos acionistas da Companhia, e mantido à disposição para acesso público no website da Echoenergia Participações.

A Companhia: A Echoenergia Participações é a plataforma de energia renovável do Grupo Equatorial, sendo uma das maiores e mais eficientes geradoras de energia renovável do país e pioneira no Mercado Livre de Energia, considerando a venda de energia em larga escala a longo prazo. Temos uma capacidade de geração de 1,2 GW de projetos eólicos através dos nossos parques localizados na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.



MISSÃO

Gerar energia limpa com o mínimo de impacto social.



VISÃO

Ser a companhia mais eficiente no setor brasileiro de energia renovável.



VALORES

- Foco em Gente
- Enfase na Maturidade
- Obstinação pelo Lucro
- Dedicação ao Cliente
- Segurança
- Etica e Sustentabilidade
- Transparéncia

Nossos Valores



Nosso Impacto: Nosso negócio em si já contribui com um planeta mais sustentável, a partir da geração de energia limpa, evitando a emissão de CO₂ na atmosfera. Por meio dos projetos socioeconômicos e ambientais, temos como objetivo conservar os recursos naturais e o ecossistema local, assim como zelar pelo bem-estar das comunidades onde estamos presentes. Contribuímos com projetos sociais que beneficiam cerca de 55 mil pessoas, localizadas em 61 comunidades contempladas e 127 escolas assistidas. **Geração Eólica:** A Echoenergia monitora dados operacionais referente à geração de energia eólica que estão divulgados abaixo:

Dados Operacionais - Eólicos	2023	2024	Δ% 2023 vs 2024
Velocidade do Vento (m/s)	7,75	7,81	0,8%
Energia Gerada Líquida (GWh)*	4.384,7	3.976,6	-9,3%
Disponibilidade Técnica Ajustada 1+*	95,7%	95,6%	-0,1 p.p.

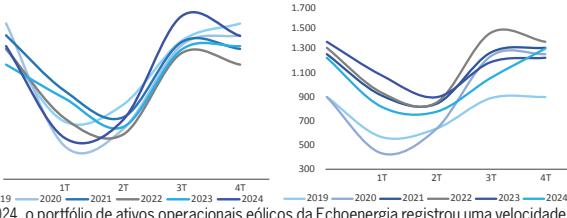
*Valores medidos no centro de gravidade. **Aplica-se o ajuste no indicador para contabilizar a garantia contratual de disponibilidade nos contratos de O&M de aerogeradores

Em 2024, a geração eólica líquida foi de 3.976,6 GWh, uma queda de 9,4% quando compa-

rado ao ano anterior (4.384,7 GWh). A geração eólica foi impactada de forma relevante pelo constrained-off, que é uma restrição de despatch das usinas eólicas e solares impostas pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, por motivos originados externamente às instalações das usinas, sejam por razões energéticas, de confiabilidade ou elétricas. Desconsiderando o efeito do constrained-off (844,4 GWh em 2024 e 405,9 GWh em 2023), a geração eólica líquida de 2024 teria sido de 4.923,7 GWh, crescimento de 0,6% frente ao ano de 2023. O nível de disponibilidade reflete o planejamento das paradas para manutenção das máquinas em Echo 2. Desconsiderando o efeito de Echo 2, a disponibilidade técnica ajustada do portfólio seria de 97,29% em 2024 vs. 96,82% em 2023. Abaixo, destacamos as principais variações entre os períodos: **Ventos de Tianguá:** a geração no complexo totalizou 540 GWh no ano de 2024, 5,4% superior a 2023 (511 GWh), refletindo, principalmente, o menor nível de limitações de geração requisitadas pelo ONS, e o aumento da velocidade do vento de 0,9% em relação ao mesmo período de 2023 (7,72 m/s em 2024 vs. 7,65 m/s em 2023); **Serra** (1.336 GWh), refletindo o impacto de constrained-off que afetou os parques em maior nível no ano anterior. A velocidade do vento foi 0,1% superior (8,21 m/s em 2024 vs. 8,20 m/s em 2023); **Ventos de São Clemente:** a geração no complexo totalizou 817 GWh em 2024, 3,4% inferior a 2023 (844,5 GWh), refletindo o impacto de constrained-off que afetou os parques em maior nível no ano anterior. A velocidade do vento na região foi 0,1% inferior (7,11 m/s em 2024 vs. 7,12 m/s em 2023).

Indicadores Operacionais

Média dos Ventos – Portfólio (m/s)



Em 2024, o portfólio de ativos operacionais eólicos da Echoenergia registrou uma velocidade média dos ventos 0,8% superior ao ano anterior, alcançando 7,81 m/s, comparado a 7,75 m/s. No gráfico abaixo, trazemos de forma comparativa a geração eólica do ano com os parâmetros P50 e P90 recalculados pela Echoenergia recentemente, considerando o ano de 2024. Vale ressaltar que estas estimativas são robustas, tendo em vista que os estudos foram realizados com os parques 100% operacionais.

Ativos Eólicos Echoenergia – Geração realizada e variabilidade do recurso para P50 e P90 de 1 ano (MWm)

Gráfico de barras que mostra a geração realizada e a variabilidade do recurso para P50 e P90 de 1 ano (MWm) de fev/24 a dez/24. As barras representam os meses de fev/24 a dez/24, com uma escala de 434 a 613 MWm.

Constrained-off: Após a ocorrência, em 15 de agosto de 2023, que resultou no desligamento parcial do Sistema Interligado Nacional (SIN), o Operador Nacional do Sistema (ONS) implementou modificações no modo de operação do sistema que ocasionaram restrições significativas de geração (conhecidas como "constrained-off") para os agentes de geração de energia renovável no Nordeste. Entre as modificações, destaca-se a redução dos limites de exportação de energia do Nordeste para o Sudeste/Centro-Oeste e o Norte. Historicamente, até a data da ocorrência, a Echoenergia havia experimentado impactos limitados e, portanto, desprezíveis, devido ao constrained-off. No entanto, após a data da ocorrência, a

empresa foi afetada principalmente em seus projetos eólicos de Serra do Mel. Em 2024, as perdas de energia nos parques eólicos totalizaram 844,4 GWh (17,2%), com maior relevância para o parque eólico de Serra do Mel com 705,0 GWh (34,0%) – tal impacto no portfólio eólico superou o reportado em 2023 (405,9 GWh ou 8,3%). A Echoenergia tem trabalhado ativamente em colaboração com as associações do setor para minimizar o impacto do constrained-off em seu portfólio.

Desempenho Financeiro: Apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia para os anos de 2024 e 2023 acumulados.

Resultados – Echoenergia (R\$ em milhões)	2023	2024	Δ
(+) Receita Líquida	1.019,7	1.067,7	48,0
(-) Compra de Energia	(26,4)	(101,4)	(75,0)
(+/-) Efeito MTM (Ganhos e Perdas)	(0,2)	–	0,2
Lucro Bruto de Energia	993,1	966,3	(26,8)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(259,6)	(289,3)	(29,7)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(54,8)	(45,8)	9,0
EBITDA Contábil	678,8	631,2	(47,6)
Margem EBITDA (%)	0,7	59,1%	-7,4 p.p.
(+/-) Efeitos Não-Recorrentes	21,5	16,0	(5,5)
(+/-) Efeito MTM (Ganhos e Perdas)	0,2	–	0,2
EBITDA Ajustado	700,4	645,6	(54,8)
Margem EBITDA Ajustada (%)	0,7	60,5%	-8,2 p.p.
(-) Depreciação/Amortização	(255,8)	(270,2)	(14,4)
(+/-) Resultado Financeiro	(295,1)	(261,7)	33,4
(-) Impostos	(60,4)	(2,3)	58,1
Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado	67,5	97,0	29,5
Margem Líquida (%)	7%	9,1%	2,5 p.p.

Lucro Bruto de Energia: A Receita Líquida totalizou R\$ 1.067,7 milhões em 2024, um aumento de 4,7% quando comparado ao mesmo período do ano passado, ou de R\$ 48,0 milhões, apesar do impacto na geração ocasionado pelo constrained-off. Isso se deu basicamente por conta de ajustes de preço médio (impacto da inflação) e por operações de swap de lastro. O Lucro Bruto de Energia, considerando o efeito do custo de compra de energia, foi de R\$ 966,3 milhões em 2024, uma queda de 2,7%, ou de R\$ 26,8 milhões, quando comparado com o ano de 2023, refletindo a maior necessidade de compra de energia em contratos do Ambiente de Contratação Livre com o aumento do constrained-off.

Custo e Despesas Operacionais: Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização e compra de energia) totalizaram R\$ 335,1 milhões no período, um aumento de 5%, ou R\$ 20,7 milhões, comparado ao ano de 2023. Esse efeito é explicado, principalmente, pelos fatores abaixo: (i) Aumento nos gastos com pessoal, no montante de R\$ 17,5 milhões com relação a 2023, devido principalmente ao aumento de quadro e aos reajustes salariais firmados em acordo coletivo; (ii) Aumento nos gastos com seguros, principalmente em razão da ausência de deduções de custo com indenizações em 2024, variando R\$ 7,1 milhões contra 2023; (iii) Crescimento dos custos com contratos de O&M, cuja variação no período foi de R\$ 9,5 milhões frente a 2023, devido aos efeitos de inflação e escalada previstos nos contratos; (iv) Incremento dos encargos de transmissão, distribuição e conexão, no montante de R\$ 4,1 milhão frente a 2023, devido principalmente ao reajuste da receita das transmissoras e distribuidoras; (v) Aumento de outros gastos operacionais no valor de R\$ 16,2 milhões, incluindo diminuição de R\$ 8,2 milhões em gastos com impostos, taxas e alvarás, locações e alugáus, materiais e viagens e aumento de R\$ 24,4 milhões em outros custos, incluindo baixas de ativos não-caixa e não-recorrentes e serviços de terceiros.

EBITDA: O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos de não-recorrentes e não-caixa de R\$ 16,0 milhões, era baixa de ativos, de 2024 foi R\$ 645,6 milhões, uma redução de 7,8%, ou R\$ 54,8 milhões, em relação ao ano de 2023. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido consolidado registrado no exercício foi negativo em R\$ 261,7 milhões, variação positiva de R\$ 33,4 milhões contra o resultado negativo de R\$ 295,1 milhões do ano de 2023. Abaixo, os itens que explicam a variação: (i) Queda das receitas financeiras em R\$ 22,8 milhões, principalmente por (ii) CDI menor em 2024 com relação a 2023, atingindo 10,9% no acumulado do ano contra 13,0% no ano anterior e (iii) menor posição de caixa e equivalentes de caixa; (ii) Queda de R\$ 56,1 milhões de despesas financeiras, sendo em grande parte de juros e variações monetárias sobre dívidas em quais foram inferiores ao ano de 2023 em R\$ 43,4 milhões.

A Administração

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado	
Capital social	Capital subscrito	Capital integralizado	Reserva de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.752.984	(225.800)	1.981
Integralização de capital	–	225.800	–
Subscrição de capital	553.000	–	–
Reserva de hedge	–	–	–
Cisão (nota 1.b)	(521.828)	–	(34.439)
Redução de capital	(1.011)	–	50.155
Lucro líquido do exercício	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.783.145	–	1.981
Subscrição de capital	113.000	–	–
Programa de remuneração baseado em ações	–	–	(1.981)
Lucro líquido do exercício	–	–	97.007
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.896.145	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Controladora	Consolidado
Notas	2024	2023
Lucro (prejuízo) ajustado	12.365	(2.892)
Redução (aumento) nos ativos:	751.295	748.837
Contas a receber	–	–
Outras contas a receber	(15.667)	708
Tributos a recuperar	4	(11)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	1.506
Estoques	–	–
Depósitos judiciais	25	–
Instrumentos financeiros derivativos	(772)	1.430
Adiantamento a fornecedores	–	(45.511)
Dividendos recebidos	26.b	–
Despesas pagas antecipadamente	202	–
Aumento (redução) nos passivos:	12.496	2.186
Fornecedores	12	(4.891)
Obrigações sociais		

...continuação

Echoenergia Participações S.A.												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)												
Participação societária em %												
Nome	Direta	Indireta	Direta	Indireta	2024	2023	Nome	Direta	Indireta	2024	2023	
Controladas							Controladas					
Razão Social							Razão Social					
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	100	–	100	–	–	–	Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	100	–	100	–	
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	100	–	100	–	–	–	Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	100	–	100	–	
Éolica Cabeço Vermelho S.A.	100	–	100	–	–	–	Éolica Cabeço Vermelho S.A.	100	–	100	–	
Éolica Cabeço Vermelho II S.A.	100	–	100	–	–	–	Éolica Cabeço Vermelho II S.A.	100	–	100	–	
Éolica Pedra Rajada S.A.	100	–	100	–	–	–	Éolica Pedra Rajada S.A.	100	–	100	–	
Éolica Pedra Rajada II S.A.	100	–	100	–	–	–	Éolica Pedra Rajada II S.A.	100	–	100	–	
Éolica Pedra do Reino IV S.A.	100	–	100	–	–	–	Éolica Pedra do Reino IV S.A.	100	–	100	–	
Éolica Boa Esperança I S.A.	100	–	100	–	–	–	Éolica Boa Esperança I S.A.	100	–	100	–	
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos LTDA	100	–	100	–	–	–	Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos LTDA	100	–	100	–	
Echo Holding 1 S.A.	100	–	100	–	–	–	Echo Holding 1 S.A.	100	–	100	–	
Ventos de São Clemente Holding S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente Holding S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
São Jorge Holding	–	100	–	100	–	–	São Jorge Holding	–	100	–	100	
Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Parazinho Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Parazinho Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Formoso Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Formoso Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Tianguá Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Tianguá Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	–	–	Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	–	100	–	100	
Participação societária em %	2024	2023	2024	2023	2024	2023	Participação societária em %	2024	2023	2024	2023	
Nome	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Nome	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Nome	Direta	
Serras Holding	100	–	100	–	Serras Holding	100	–	100	–	Serras Holding	100	–
Serra de Santana S.A.	–	100	–	100	Serra de Santana	–	100	–	100	Serra de Santana	–	100
Lagoa Nova S.A.	–	100	–	100	Lagoa Nova	–	100	–	100	Lagoa Nova	–	100
Seridó S.A.	–	100	–	100	Seridó	–	100	–	100	Seridó	–	100
Paraisó S.A.	–	100	–	100	Paraisó	–	100	–	100	Paraisó	–	100
Lanchinha S.A.	–	100	–	100	Lanchinha	–	100	–	100	Lanchinha	–	100
Serra do Mel Holding S.A.	100	–	100	–	Serra do Mel Holding S.A.	100	–	100	–	Serra do Mel Holding	100	–
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	–	100	–	100	Vila Alagoas II	–	100	–	100	Vila Alagoas II	–	100
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A	–	100	–	100	Vila Espírito Santo I	–	100	–	100	Vila Espírito Santo I	–	100
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A	–	100	–	100	Vila Espírito Santo II	–	100	–	100	Vila Espírito Santo II	–	100
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A	–	100	–	100	Vila Espírito Santo III	–	100	–	100	Vila Espírito Santo III	–	100
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A	–	100	–	100	Vila Espírito Santo IV	–	100	–	100	Vila Espírito Santo IV	–	100
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A	–	100	–	100	Vila Espírito Santo V	–	100	–	100	Vila Espírito Santo V	–	100

1.1. Projetos de geração eólica: Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo e autorizações para exploração de energia eólica:

Companhia	Outorga	Outorga	Final	Outorga	Garantia Portaria física (MWm)	Capacidade física instalada (MW)	Tipo de contrato	Energia contrata (a) (MWm)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Ventos de São Clemente 1	627/2014	25/11/2014	25/11/2049	17,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 2	628/2014	25/11/2014	25/11/2049	15,5	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,2	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 3	631/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,5	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 4	639/2014	28/11/2014	28/11/2049	15,7	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,6	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 5	632/2014	27/11/2014	27/11/2049	18,6	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 6	633/2014	27/11/2014	27/11/2049	15,2	289/2020	27,68	LEN3/2014	13,3	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 7	640/2014	28/11/2014	28/11/2049	13,7	289/2020	25,83	LEN3/2014	10,7	IPCA	Janeiro
Ventos de São Clemente 8	634/2014	27/11/2014	27/11/2049	11,7	289/2020	22,14	LEN3/2014	9,5	IPCA	Janeiro
Ventos do Morro do Chapéu	381/2011	30/06/2011	30/06/2046	14,1	289/2020	27,51	LFA/2010	13,1	IPCA	Dezembro
Ventos do Parazinho	410/2011	08/07/2011	08/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA/2010	14	IPCA	Dezembro
Vento Formoso	409/2011	08/07/2011	08/07/2046	14,6	289/2020	27,51	LFA/2010	13,5	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá Norte	389/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LFA/2010	14,1	IPCA	Dezembro
Ventos de Tianguá	390/2011	04/07/2011	04/07/2046	15,2	289/2020	27,75	LFA/2010	13		

...continuação

Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar as notas explicativas 13 e 14. Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

Consolidado

	2024	2023
Reserva de pagamento Debêntures (a)	17.343	16.648
Reserva da dívida Debêntures (b)	79.212	32.207
Centralizadora (c)	41.796	39.999
Reserva O&M (d)	21.510	21.911
Reserva de dívida BNDES (e)	43.155	47.858
Reserva especial (f)	381.044	239.265
Reserva de dívida BNB (g)	71.513	66.807
Reserva de acumulada (ressarcimento) (h)	40	55.228
Reserva da Dívida BB (i)	20.294	11.330
Total	675.907	531.253
Circulante	17.397	16.648
Não circulante	658.510	514.605

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média dos fundos vinculados foi de 96,79% da taxa (DI) (94,07% em 31 de dezembro de 2023). A seguir demonstramos as características individuais de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento. **(a) Reserva de pagamento de debêntures:** Conta reserva mantida nas controladas Vents de São Clemente Holding S.A., São Jorge Holding S.A., Serras Holding S.A., Vila Piau 1 Empreendimentos e Participações S.A. e Vila Piau 2 Empreendimentos e Participações S.A., com objetivo de efetuar o pagamento da parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de cada parcela semestral da escritura de debêntures, dos quais são classificados como ativo circulante. **(b) Reserva de dívida debêntures:** Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debêntures em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura, devendo ser mantido até o final do contrato (adicional ao estabelecido no item a - Reserva de pagamento de Debêntures), tendo em vista a manutenção até o final do contrato, esse montante é classificado no passivo não circulante. **(c) Centralizadora:** As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das controladas, porém geridas pelo banco administrador, constituiam exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento. **(d) Reserva de O&M:** Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M. **(e) Reserva de dívida BNDES:** Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga. **(f) Reserva especial:** Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, dos projetos de São Jorge e Vents de São Clemente, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e o saldo poderá ser utilizado para pagamento de dividendos aprovados pelos credores. Em Clemente, nos anos de 2025, 2029 e 2033, no primeiro dia útil de cada mês, serão transferidos da conta de Reserva especial para a conta Centralizadora da Companhia, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos. **(g) Reserva da Dívida BNB:** Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNB em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela do Contrato de Financiamento, devendo ser mantido até o final do contrato, para as empresas do clusters Serra do mel deve conter 3,75% do saldo devedor.

7. Contas a receber - As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

Consolidado

	2024	2023
Transações realizadas no ACR (a)	108.754	79.875
Transações realizadas no ACL (b)	38.839	35.339
Excedente quadrienal em formação (c)	34.491	34.126
Excedente anual em formação (c)	4.007	8.263
Excedente anual formado (c)	4.402	6.393
Excedente quadrienal formado (c)	11.701	2.930
Outras contas a receber (d)	9.377	909
Transações MCP (e)	4.608	728

a. Composição dos investimentos em controladas

Composição

Participações

	2024	2023
Investidas		
Echo Holding 1	100%	100%
Eólica Baixa Verde	100%	100%
Eólica Moxotó	100%	100%
Eólica Pedra do Reino	100%	100%
Eolicatex Sobradinho	100%	100%
Serras Holding	100%	100%
Vila Sergipe 1	100%	100%
Vila Rio Grande do Norte 1	100%	100%
Vila Rio Grande do Norte 2	100%	100%
Vila Sergipe 2	100%	100%
Vila Sergipe 3	100%	100%
Vila Piau 1	100%	100%
Vila Piau 2	100%	100%
Vila Piau 3	100%	100%
Serra do Mel Holding	100%	100%
Eólica Cabeco Vermelho S.A	100%	100%
Eólica Cabeco Vermelho II .SA	100%	100%
Eólica Pedra Rajada S.A	100%	100%
Eólica Pedra Rajada II S.A	100%	100%
Eólica Pedra do Reino IV S.A	100%	100%
Eólica Boa Esperança I S.A	100%	100%
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	100%	100%
Investimentos		

(a) Valores de resultado de equivalência patrimonial divergentes do resultado de equivalência da Companhia, pois compreendem o resultado total das controladas que foram cindidas no ano de 2023. Para maiores informações, consultar nota 1.b.

b. Movimentação dos investimentos em controladas

Investidas

2023

	Aumento de capital	Resultado equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2024
Echo Holding 1	697.187	9.085	69.763	—
Eólica Baixa Verde	41.841	3.515	12.657	(3.006)
Eólica Moxotó	35.077	1.000	10.054	(2.388)
Eólica Pedra do Reino	51.112	3.335	15.608	(3.707)
Eolicatex Sobradinho	31.843	2.360	8.312	(1.974)
Serras Holding	190.614	33.810	(7.954)	(2.458)
Vila Sergipe 1	62.671	—	2.945	(4.358)
Vila Rio Grande do Norte 1	37.763	200	37.713	41.132
Vila Rio Grande do Norte 2	54.416	1.200	438	(31)
Vila Sergipe 2	41.132	—	5.537	55.585
Vila Sergipe 3	25.224	—	5.537	45.354
Vila Piau 1	42.369	—	1.984	(1.426)
Vila Piau 2	40.777	—	7.312	45.182
Vila Piau 3	40.777	—	2.967	(705)
Serra do Mel Holding	382.339	4.350	(7.255)	382.339
Eólica Cabeco Vermelho S.A	40.194	(4.988)	40.194	45.182
Eólica Cabeco Vermelho II .SA	27.023	2.042	25.466	42.300
Eólica Pedra Rajada S.A	45.483	2.526	45.483	3.534
Eólica Pedra Rajada II S.A	49.515	6.460	49.515	48.992
Eólica Pedra do Reino IV S.A	47.460	9.869	47.460	53.935
Eólica Boa Esperança I S.A	54.548	2.543	54.548	56.618
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	123.838	(13.444)	123.838	128.835
Investimentos	2.329.869	127.036	2.329.869	2.180.247

(a) Valores de resultado de equivalência patrimonial divergentes do resultado de equivalência da Companhia, pois compreendem o resultado total das controladas que foram cindidas no ano de 2023. Para maiores informações, consultar nota 1.b.

c. Demonstrações financeiras das controladas

Investidas

2023

	Aumento de capital	Resultado equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2024
Echo Holding 1	697.187	9.085	69.763	—
Eólica Baixa Verde	41.841	3.515	12.657	(3.006)
Eólica Moxotó	35.077	1.000	10.054	(2.388)
Eólica Pedra do Reino	51.112	3.335	15.608	(3.707)
Eolicatex Sobradinho	31.843	2.360	8.312	(1.974)
Serras Holding	190.614	33.810	(7.954)	(2.458)
Vila Sergipe 1	62.671	—	2.945	(4.358)
Vila Rio Grande do Norte 1	37.763	200	37.713	41.132
Vila Rio Grande do Norte 2	54.416	1.200	438	(31)
Vila Sergipe 2	41.132	—	5.537	55.585
Vila Sergipe 3	25.224	—	1.984	(1.426)
Vila Piau 1	42.369	—	172	(41)
Vila Piau 2	40.777	—	2.967	(705)
Vila Piau 3	47.590	200	6.831	(1.622)
Serra do Mel Holding	382.339	4.350	(7.255)	382.339
Eólica Cabeco Vermelho S.A	45.182	—	(4.988)	40.194
Eólica Cabeco Vermelho II .SA	25.466	—	2.042	(485)
Eólica Pedra Rajada S.A	43.273	—	2.526	(316)
Eólica Pedra Rajada II S.A	48.992	—	6.460	(5.937)
Eólica Pedra do Reino IV S.A	53.935	—	9.869	(16.344)
Eólica Boa Esperança I S.A	52.609	—	2.543	(604)
Echoenergia Suprimentos e Empreend.Ltda.	128.835	8.447	(13.444)	123.838
Total líquido investido	2.180.247	67.502	127.036	(44.916)

(a) Valores de resultado de equivalência patrimonial divergentes do resultado de equivalência da Companhia, pois compreendem o resultado total das controladas que foram cindidas no ano de 2023. Para maiores informações, consultar nota 1.b.

d. Direito de exploração de controladas líquidos dos efeitos fiscais:

Durante o exercício de 2017, a Companhia efetuou a aquisição de participações societárias que resultaram na alocação de mais-valia nas combinações de negócios, relacionadas aos direitos de exploração de energia eólica. Esses direitos foram adquiridos mediante autorizações obtidas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e serão amortizados de acordo com os prazos de vigência estabelecidos em cada autorização. Conforme preconizado pela Interpretacão Técnica IPC-09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de exploração dos contratos comerc

...continuação

eólicos estão instalados, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia realiza a remensuração dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer. A Companhia e suas controladas têm procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado. i. curto prazo (com duração inferior a 12 meses); ii. ativos de baixo valor;

iii. parcelas variáveis de pagamentos; iv. contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente; v. contratos em que a Companhia e suas controladas não têm direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e vi. contratos em que a Companhia e suas controladas não têm controle significativo sobre como o ativo é usado. Os parques eólicos onde as Controladas desenvolvem suas atividades são objeto de contrato de arrendamento de uso das terras, exceto as controladas do complexo de São Clemente e Eólica Paraiso S.A. No caso da Controladora, sua sede administrativa também é objeto de contrato de arrendamento. Os saldos do direito de uso e passivo de arrendamento estão apresentados abaixo:

a. Ativo de direito de uso: (i) Movimentação e composição

	Controladora							
	2022	Adições (a)	Baixas (b)	Amortização	2023	Adições (c)	Amortização	2024
Sede	9.031	—	(574)	(1.783)	6.674	2.289	(1.669)	5.005
Equipamentos de informática	—	—	(574)	(1.783)	6.674	2.289	(558)	1.731
Total do ativo	9.031	—	(574)	(1.783)	6.674	2.289	(2.227)	6.736
								Consolidado
Parques eólicos e sede	106.872	299.729	(574)	(5.888)	400.139	—	(13.205)	386.934
Equipamentos de informática	—	—	—	—	—	2.289	(558)	1.731
Total do ativo	106.872	299.729	(574)	(5.888)	400.139	2.289	(13.763)	388.665

(a) Valores de adição e baixa referentes à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 17. (b) Movimentação decorrente da troca de escritório sede da Companhia em São Paulo, sendo baixado o contrato do antigo endereço e adicionado o novo contrato de arrendamento ao saldo da conta. (c) Valor referente ao reconhecimento de novos contratos de arrendamento ao saldo da conta. (d) Valor referente ao reconhecimento de novos contratos de arrendamento de notebooks e equipamentos de informática.

b. Passivo de arrendamentos: (i) Movimentação e composição

	Controladora							
	2022	Adições (a)	Baixas (b)	Amortização	2023	Adições (c)	Amortização	2024
Sede	9.113	(989)	463	(574)	8.013	—	(2.014)	625
Equipamentos de informática	—	—	—	—	—	2.289	(652)	159
Total	9.113	(989)	463	(574)	8.013	2.289	(2.666)	784
								Consolidado
Parques eólicos e sede	67.403	(7.217)	6.458	(574)	66.070	(2.289)	(652)	6.592
Equipamentos de informática	—	—	—	—	—	159	1.796	1.796
Total	67.403	(7.217)	6.458	(574)	66.070	2.289	(8.891)	6.751
								Juros
Parques eólicos e sede	67.403	(7.217)	6.458	(574)	66.070	(2.289)	(652)	6.592
Equipamentos de informática	—	—	—	—	—	159	1.796	1.796
Total	67.403	(7.217)	6.458	(574)	66.070	2.289	(8.891)	6.751
								66.216

(a) Movimentação decorrente da troca de escritório sede da Companhia em São Paulo, sendo baixado o contrato do antigo endereço e adicionado o novo contrato de arrendamento ao saldo da conta. (b) Valor referente ao reconhecimento de novos contratos de arrendamento de notebooks e equipamentos de informática. (c)

10. Imobilizado – Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas na redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente restante. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os custos e juros sobre financiamentos e custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor deprecável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor

residual. O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. No exercício de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício. A Administração avalia ainda os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas a partir da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores a那些 prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás 25 anos

Unidade de geração eólica – Gerador 30 anos

Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft 20 anos

Unidade de geração eólica – Poste e torre 35 anos

Unidade de geração eólica – Transformador 40 anos

Construção e benfeitorias 50 anos

Máquinas e equipamentos (geral) 26 anos

Móveis e utensílios 10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

a. Composição do ativo imobilizado: Os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	2023	
	Custo	Depreciação acumulada
Controladora	Vida útil	Valor líquido
Imobilizado em andamento	—	8.400
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	4.614
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	1.972
Total	14.986	(2.304)
Consolidado	Vida útil	Valor líquido
Imobilizado em andamento	—	29.745
Máquinas e equipamentos	26 anos	5.983.766
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	124.221
Móveis e utensílios	10 anos	1.827
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	2.350
Total	6.141.909	(1.515.136)

Os ativos imobilizados do Grupo são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota

explicativa 13 e 14.

a. Composição do saldo de financiamentos

Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento	Obrigações Contratuais (Covenants)	Garantias	2024	2023
Echoenergia Participações	CDI + 1%	04/10/2024	11.580	dez/24	Mensal	—	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	203	—
BNDES – Vento de São Clemente I S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.327	jul/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	3.002	29.703
BNDES – Vento de São Clemente II S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	86.000	jul/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	3.872	38.612
BNDES – Vento de São Clemente III S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	88.001	jul/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	5.787	57.909
BNDES – Vento de São Clemente IV S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	89.001	jul/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	5.328	53.167
BNDES – Vento de São Clemente V S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.001	jul/33	Mensal	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Aval Echoenergia Participações, CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	4.154	41.534
BNDES – Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.168	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.686	55.303
BNDES – Vento de Tinguá Norte Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	8.191	58.937
BNDES – Tinguá Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.169	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.679	55.257
BNDES – Vento do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	108.894	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.911	56.935
BNDES – Vento do Parazinho Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	8.088	

...continuação

		Echoenergia Participações S.A.	
Consolidado			
Saldo inicial		2024 369.623	
Ajuste a valor presente		2023 64.822	
Remensuração		12.937 5.072	
Saldo final		382.560 369.623	
18. Adiantamento de clientes – Os adiantamentos de clientes constituem obrigações advindas de contratos firmados com contrapartes, onde as controladas recebem recursos financeiros, com a obrigação de entregar energia durante os exercícios de 2022 a 2031. No reconhecimento inicial os adiantamentos são mensurados com base no valor justo, o qual é equivalente ao valor da contraprestação recebida do cliente em adiantamento. Os respectivos adiantamentos serão liquidados mediante a entrega de energia contratada durante o período de contrato.		em resarcimentos quadriennais e anuais. São considerados resarcimentos quadriennais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e resarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior ao 90% da quantidade de energia contratada. A Companhia e suas controladas consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for alternativa provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deve ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. Pis e Cofins: Para as controladas que atuam no setor de geração de energia, o PIS e a COFINS são calculados conforme o regime cumulativo, aplicando-se alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS sobre a receita operacional. Já para as demais controladas, o cálculo do PIS e da COFINS segue o regime não cumulativo, com todas as receitas, exceto as financeiras, sujeitas às alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS. Neste regime, são permitidos créditos tributários baseados nos mesmos percentuais, conforme previsto pela legislação tributária. As receitas financeiras, no regime não cumulativo, são tributadas à alíquota de 0,65% para o PIS e de 4% para a COFINS	
Consolidado			
Recebimento antecipado (a)		2024 82.823	
Outros adiantamentos (b)		94.170	
Total		107.738 94.170	
Circulante		32.322 11.846	
Não circulante		75.416 82.324	
(a) Contrato firmado de venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação Livre – (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2019, pelas controladas Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A., Vila Espírito Santo IV, onde as controladas têm a obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros de janeiro de 2022 até dezembro de 2031. No decorrer de 2024, o saldo foi sendo compensado financeiramente com as faturas da transação do ACL. (b) Recebimento antecipado ocorrido nas controladas que atuam no ambiente de contratação regulada LER, compensado em janeiro de 2025.			
19. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.896.145 (R\$ 2.783.145 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 5.081.118 ações ordinárias (5.532.071 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista controlador Equatorial Transmissão S.A. A tabela abaixo demonstra a movimentação do valor do capital social da Companhia entre os períodos comparativos:			
Integralização de capital social		2024 2.783.145	
Em milhares de reais		2023 2.527.184	
Saldo inicial – Capital social integralizado		2.783.145 2.527.184	
Integralização de capital no exercício (b)		– 225.800	
Aumento de capital (a)		113.000 553.000	
Cisão parcial (c)		– (521.828)	
Redução de capital		– (1.011)	
Saldo final – Capital integralizado		2.896.145 2.783.145	
Capital social a integralizar			
Saldo inicial de capital social a integralizar		– (225.800)	
Integralizado durante o exercício (a)		– 225.800	
1000 – AGE – 27/12/2022		–	
Saldo final de capital social a integralizar			
(a) Em 17 de dezembro de 2024, houve subscrição e integralização de capital no montante de R\$ 113.000. (Em 2023, houve aporte de capital no montante de R\$ 553.000, o qual teve impacto em caixa e equivalentes nas seguintes datas, 02 e 19 de junho de 2023 e 10 de outubro de 2023, respectivamente). (b) Em 27 de dezembro de 2022, houve subscrição de capital de R\$ 225.800, integralizado em 03 de janeiro de 2023, mediante depósito em conta corrente. (c) Em 06 de abril de 2023, a Companhia realizou uma cisão de seu capital em R\$ 25.811, que é parte do acervo líquido cindido mencionado na nota explicativa 1.b. Em 21 de julho de 2023, a Companhia realizou uma cisão de seu capital em R\$ 496.017, que é parte do acervo líquido cindido mencionado na nota explicativa 1.b. O total do capital cindido é de R\$ 521.828. A tabela abaixo demonstra a movimentação do capital social da Companhia em ações entre os períodos comparativos:			
Subscrição de ações		2024 2023	
Em milhares de ações			
Saldo inicial – Número de ações subscritas		5.532.071 4.207.964	
Subscritas durante o exercício		269.047 1.324.107	
Saldo final – Número de ações subscritas		5.801.118 5.532.071	
A Companhia distribui lucros e dividendos respeitando as restrições contratuais e legais.			
b. Reserva de capital: Em 28 de outubro de 2021, através da assinatura do contrato de compra e venda de ações firmado entre o controlador Ipiranga Fundos de Investimentos Multiesatégia e o Grupo Equatorial, a Companhia passou a ter o direito ao recebimento via aporte de capital do valor referente a remuneração baseada em ações, equivalente a R\$ 207.013 em dezembro de 2021, o qual foi liquidado no momento da transferência de controle. O aporte ocorreu em 03 de março de 2022, sendo integralizado adicionamente o montante de R\$ 13.005, totalizando R\$ 220.026 pelo novo controlador e utilizado para pagamento da remuneração baseada em ações. Em setembro de 2022, a Companhia reconheceu em adição ao valor já integralizado R\$ 1.981, o qual também foi utilizado para pagamento de saldo remanescente da remuneração baseada em ações. Em 31 de dezembro de 2024, realizamos a baixa de valor em aberto de R\$ 1.981, com a respectiva baixa da reserva de capital. c. Outros resultados abrangentes: Em 31 de dezembro de 2024, a companhia não apurou outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2023 foi destinado a reserva de hedge referente à contratação de instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 34.439, e houve movimentação referente à cisão do patrimônio líquido a valores contábeis no valor de R\$ 50.155, conforme nota explicativa 1.b. Para mais detalhes sobre a transação de Hedge, ver nota explicativa 27.a.			
20. Receita operacional líquida – Receitas de venda de energia elétrica: A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumpre as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços específicos nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida nas transações de geração e venda de energia das controladas são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e são classificadas em dois mercados: (i) ACR (Ambiente de Contratação Regulada) – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, e (ii) ACL (Ambiente de Contratação Livre) – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre. Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Precos fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. Especificamente para os contratos negociados no ACR, os valores de geração excedente ou deficitária são reconhecidos com a mecânica abaixo: Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadriennais e anuais. São considerados excedentes quadriennais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos			
21. Custos de operação			
Consolidado			
Depreciação		2024 (207.203)	
Engenharia e gestão de processos		2023 (207.851)	
O&M (b)		(104.127) (94.608)	
Encargos de conexão e transmissão		(79.163) (75.073)	
Compra de energia		(101.379) (26.429)	
Gastos com pessoal		(29.423) (28.313)	
Serviços de terceiros		(36.505) (15.038)	
Impostos, taxas e alvarás diversos		(8.814) (9.699)	
Locações e aluguel		(7.873) (9.454)	
Amortização de direito de uso		(11.536) (4.105)	
Materiais		(7.501) (12.910)	
Viagens, diárias e ajuda de custo		(1.404) (1.724)	
Seguros		(15.476) (19.494)	
Indenização de seguros		– 11.106	
Outros custos (a)		(2.837) (4.355)	
Total		(613.241) (497.938)	
(a) Referem-se a despesas com internet, despesas legais, judiciais e publicações, água, luz e telefone, entre outros custos, líquido de reversões. (b) Líquido dos créditos de fornecedores de manutenção dos aerogeradores, por ressarcimento de disponibilidade.			
22. Despesas gerais e administrativas			
Controladora		Consolidado	
2024 2023		2024 2023	
Amortização direito de exploração		(37.762) (24.923)	
Gastos com pessoal		(540) (310)	
Gastos diversos		(535) (9.046)	
Serviços de terceiros		(166) (135)	
Amortização de software e licença de uso		(5.650) (3.560)	
Legais, judiciais e publicações		(34) (35)	
Amortização de direito de uso		(2.227) (1.783)	
Depreciação		(484) (745)	
Impostos, taxas e alvarás diversos		(12) 28	
Programa de remuneração baseado em ações (a)		3 (540)	
Total		(46.872) (32.5	

... continuação

baixado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.981 refere-se aos encargos trabalhistas. (c) Valores de redução de capital que ainda não foram liquidados pelas controladas (d) Outras contas a receber de partes relacionadas se refere a notas de débito diversas, para alocação de despesas entre as empresas.

b. Dividendos a receber

	Controladora	2024	2023
Eólica Baixa Verde S.A.	5.827	5.767	
Eólica Moxotó S.A.	3.997	4.307	
Folilcate Sobradinho S.A.	3.505	3.699	
Eólica Pedra do Reino S.A.	6.976	6.806	
Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S.A.	699	1.220	
Vila Sergipe II Empreendimentos e Participações S.A.	1.315	1.611	
Vila Sergipe III Empreendimentos e Participações S.A.	471	533	
Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.	104	195	
Vila Rio Grande do Norte II Empreendimentos e Participações S.A.	—	726	
Vila Piauí I Empreendimentos e Participações S.A.	41	1.640	
Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.	705	1.737	
Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	1.622	1.786	
Eólica Cabecó Vermelho II S.A.	485	902	
Eólica Pedra Rajada I S.A.	316	—	
Eólica Pedra Rajada II S.A.	1.534	1.667	
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	2.344	1.645	
Boca Esperança S.A.	604	367	
Total	30.545	34.608	

c. Programa de pagamento baseado em ações

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Equatorial Serviços S.A. (nota explicativa 31.b)	537	540
Total	537	540

d. Resultado

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Compartilhamento de custos (Nota explicativa 21)	28.335	38.456
Compartilhamento de despesas (Nota explicativa 22)	44.683	27.146
Total	73.018	65.602

e. Outras contas a receber: A controlada Echoenergia Suprimentos realizou transações com partes relacionadas, especificamente relacionadas à venda de equipamentos para manutenção de grandes corretivos para empresas pertencentes ao cluster Echo 2. Para fins de consolidação, esses saldos são integralmente eliminados, uma vez que tanto a Echoenergia Suprimentos quanto as empresas do cluster Echo 2 possuem a Echoenergia Participações como controladora final. Abaixo, a composição dos valores em aberto entre as partes.**Contas a pagar - Echoenergia suprimentos**

	2024	2023
Eólica Serra de Santana S.A.	17.581	20.413
Eólica Lagoa Nova S.A.	5.742	5.184
Eólica Serido S.A.	23.802	18.829
Eólica Paraíso S.A.	16.863	21.311
Eólica Lanchinha S.A.	25.491	26.121
Total	89.479	91.858

f. Remuneração dos administradores: Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$7.596 (R\$ 6.976 em 31 de dezembro de 2023) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis. Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios da rescisão de contrato de trabalho; e c) benefícios de pós-emprego. Os administradores receberam remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 31.b.

27. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a custo justo por meio do resultado	Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora	2023
	Nota	Custo amortizado
Ativos financeiros		
Bancos	6.a	6.202
Aplicações financeiras	6.a	—
Passivos financeiros		
Fornecedores	12	9.176
Financiamentos	13	203
Debêntures	14	366.853
Consolidado		
Ativos financeiros		
Bancos	6.a	30.792
Aplicações financeiras	6.a	—
Contas a receber	7	216.179
Depósitos Judiciais	25	21.045
Fundos vinculados	6.b	—
Passivos financeiros		
Fornecedores	12	53.819
Debêntures	14	872.183
Financiamentos	13	2.496.090
Valor justo dos instrumentos financeiros		
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2
Fornecedores	12	Nível 2
Debêntures	14	Nível 2
Total		

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação. Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado em moeda estrangeira. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting"):** A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de protegerem das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas

estrangeira, designadas como hedge de fluxo de caixa, para honrar compromissos relacionados à aquisição dos ativos imobilizados. A efetividade desse hedge foi devidamente reconhecida no custo dos respectivos ativos. No entanto, com a cisão ocorrida em 2023, conforme detalhado na Nota 1.b, para o exercício encerrado em 2024, a Companhia não conta mais com controladas que realizem transações em moeda estrangeira. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting"):** A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de protegerem das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção

são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas

específicas no patrimônio líquido. No inicio de relacionamentos de hedge designados, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa e no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes (ORA), e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente desde a designação do hedge. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

28. Gerenciamento de riscos: A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. Visando a mitigação do risco operacional da Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira: • Profissionais altamente treinados e capacitados. • Contratos robustos de operação e manutenção. • Processos sólidos e bem definidos. • Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação. • Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança. • Centro de controle operacional de alta tecnologia. • Monitoramento da matriz de risco. • Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela

tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Controladora	Consolidado			
	Nota	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	39.808	25.453	372.181	440.960
Contas a receber	7	—	—	216.179	168.563
Fundos vinculados	6.b	—	—	675.907	531.253
Total		39.808	25.453	1.264.267	1.140.776

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas relevantes ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais

	2024	2023
Controladoras	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros Até 12 meses
Fornecedores	9.176	(9.176)
Arrendamentos	8.420	(8.420)
Financiamentos	203	(203)
Debêntures	366.853	(366

... continua>

(terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3º Período de Carência"); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga ("4º Período de Carência"). Forma de cálculo da despesa do programa: O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para a Echoenergia Participações S.A., caso as métricas de performance sejam atingidas dentro do plano atualmente em andamento:

	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do período	Número de ações	Valor justo ponderado do preço do exercício
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Em ações				
Existentes em 1º de janeiro	62.290	33,28	—	—
Outorgadas durante o período	13.934	—	62.209	33,2
Cancelamento	13.767	—	—	—
Existentes ao fim do período	62.457	26,16	62.209	33,2

Reconhecida reversão de valores previamente provisionados para o plano de "Phantom shares" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 130 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2023). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 26,16 (R\$ 33,28 em 31 de dezembro de 2023). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo líquideável em caixa da Companhia. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **b. Matching Shares:** Em 30 de abril de 2024, o Grupo Equatorial, conglomerado de empresas que a Companhia pertence, aprovou a criação de um novo incentivo de longo prazo da Companhia, no formato de Plano de Investimento em Ações ("Plano") e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações ("Matching Shares") ("1º Programa Matching"). O 1º Programa Matching tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de no mínimo 4 (quatro) anos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida. O direito de receber as Ações Matching dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes ("Condição de Investimento"), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle ("Condição de Serviço"), durante o período de carência. As Ações Matching serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data do aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência. Ademais em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial, aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de Matching Shares ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação. As informações das opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações Matching, alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor. Os critérios para fins de determinação do número de Ações Matching a que os participantes farão jus são: (I) se o participante investir até 50% de seus recursos

1º Outorga (Echo Participações)	
Vesting Date	Opcões exercícive
15/05/2025	5.15
15/05/2026	5.15
15/05/2027	5.15
15/05/2028	5.15

20.61
As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data de outorga do Programa são:

Diretoria Executiva

Digitized by srujanika@gmail.com

Aos Acionistas e Diretores da
Echoenergia Participações S.A. São Paulo-SP

Echoenergia Participações S.A. São Paulo-SP

1. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Echoenergia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Mensuração do resarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica: Os parques eólicos operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a uma receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta, em suas demonstrações

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas saldos de ressarcimento a pagar no montante de R\$ 254.312 mil cuja contrapartida é a receita de venda de geração de energia elétrica, apresentados no passivo circulante não circulante, respectivamente, nos montantes de R\$ 159.523 mil e R\$ 94.789 mil e está divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras consolidadas. A mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica foi considerado um assunto significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa o qual leva em consideração (i) informações históricas, como volume de geração de energia efetivo (MWh); (ii) dados contratuais, como volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como índice IPCA e o PLI.

Preço de Liquidação das Diferenças. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionados aos controles internos da Companhia e suas controladas para a mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) avaliação da precisão matemática do cálculo de mensuração dos saldos de ressarcimento a pagar e a receber, bem como da parcela variável da receita de venda de energia; (iv) recálculo da estimativa confrontando os dados com o balanço energético; (v) revisamos as divulgações relevantes sobre esse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado. Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado de suas controladas conforme divulgados nas notas explicativas nº 4 e nº 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade do referido ativo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

mentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução do valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 4 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **4. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, se fazendo considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **5. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **6. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com

mento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível, com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificarmos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 26 de março de 20
Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE - 001.042/F
Thiago Alexandre de Souza Silva

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

ou apontando a câmera
celular no QRcode ao

Contato: (11) 3361-8833

 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
longo da assinatura



Page 11 of 11 | Last updated: 2021-11-11 | Version: 12.1 | Page 11 | 10/10/2021

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no OR Code, ou acesse o link:



Echoenergia Crescimento S.A.

CNPJ/MF nº 48.391.075/0001-77

Relatório da Administração

Senhoras e senhores acionistas, A Administração da Echoenergia Crescimento S.A. ("Echoenergia" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios de 2024 e 2023, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. O presente documento cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É destinado, prioritariamente, aos acionistas da Companhia, e mantido à disposição para acesso público no website da Echoenergia Participações, empresa pertencente ao mesmo grupo econômico.

a Companhia: A Echoenergia Crescimento é a plataforma de energia renovável do Grupo Equatorial, que concentra as atividades solares e comercialização de energia. Em 2024, a Echoenergia Crescimento concluiu a construção e implantação de dois novos complexos solares: o complexo Ribeiro Gonçalves, localizado no Piauí, que possui uma capacidade instalada de 283,7 MWp, e o complexo Barreiras I, localizado na Bahia, que possui uma capacidade instalada de 449,2 MWp.

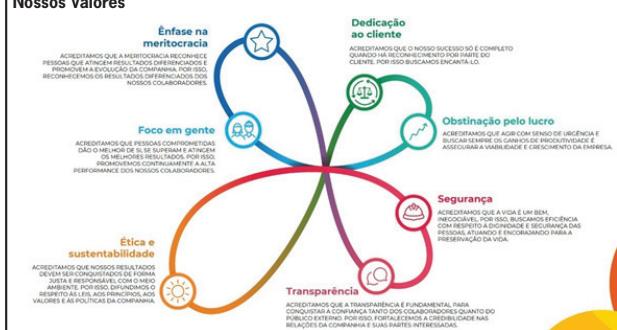
MISSÃO: Gerar energia limpa com o mínimo de impacto social.

VISÃO: Ser a companhia mais eficiente no setor brasileiro de energia renovável.

VALORES:

1. Foco em Gente
2. Enfase na Mercadoria
3. Obstinação pelo Lucro
4. Dedicação ao Cliente
5. Segurança
6. Ética e Sustentabilidade
7. Transparéncia

Nosso Valores



Geração Solar: A Echoenergia monitora dados operacionais referente a geração de energia solar que estão divulgados abaixo:

Dados Operacionais – Solares

2023 2024

% 2023 vs 2024

Irradiância Média (W/m²)**

Energia Gerada Líquida (GWh)*

Disponibilidade Técnica*

*Valores medidos no centro de gravidade

** Considera as 24 horas do dia

Em 2024, a geração solar líquida foi de 572,4 GWh. Em 2023, os parques ainda se encontravam em construção. O nível de disponibilidade técnica foi de 99,4% e reflete o estágio recente pós-operacional dos complexos solares. Abaixo, apresentamos os principais destaques:

Ribeiro Gonçalves: a geração no complexo totalizou 244,3 GWh no ano de 2024, primeiro período após a entrada em operação comercial, e a irradiância média foi de 299,0 W/m²;

Barreiras I: a geração no complexo totalizou 328,1 GWh no ano de 2024, primeiro período após a entrada em operação comercial, e a irradiância média foi de 332,6 W/m².

Indicadores Operacionais: No gráfico a seguir, trazemos de forma comparativa a geração solar do ano com os parâmetros P50 e P90 recalcados pela Echoenergia recentemente, considerando o ano de 2024. Vale ressaltar que estas estimativas são robustas, tendo em vista que os estudos foram revalidados com os parques 100% operacionais, considerando apenas os meses após o início da operação comercial plena (COD).

Ativos Solares Echoenergia - Geração realizada e variabilidade do recurso para P50 e P90 de 1 ano (MWm)



Constrained-Off: Após a ocorrência, em 15 de agosto de 2023, que resultou no desligamento parcial do Sistema Interligado Nacional (SIN), o Operador Nacional do Sistema (ONS) implementou modificações no modo de operação do sistema que ocasionaram restrições significativas de geração (conhecidas como "constrained-off") para os agentes de geração de energia renovável no Nordeste. Entre as modificações, destaca-se a redução dos limites de exportação de energia do Nordeste para o Sudeste/Centro-Oeste e o Norte. Historicamente, até a data da ocorrência, a Echoenergia havia experimentado impactos limitados e, portanto, desprezíveis, devido ao constrained-off. No entanto, após a data da ocorrência e após a entrada em operação comercial dos complexos solares, a empresa foi afetada de forma relevante em seus projetos solares de Ribeiro Gonçalves e Barreiras. Em 2024, as perdas de energia nos parques solares devido ao constrained-off totalizaram 32,0 GWh (33,7%), sendo 203,8 GWh (37,7%) referente ao parque de Barreiras I e 117,2 GWh (28,5%) ao parque de Ribeiro Gonçalves. A Echoenergia tem trabalhado ativamente em colaboração com as associações do setor para minimizar o impacto do constrained-off em seu portfólio.

Desempenho Financeiro: Apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia Crescimento para os anos de 2024 e 2023 acumulados.

Resultados – Echo Crescimento (R\$ em milhões)

2023 2024

Δ

(+/-) Receita Líquida

(8,4) (17,6) (9,2)

(-) Compra de Energia

(0,3) 0,0

(-) Efeito MIM (Ganhos e Perdas)

(0,3) 0,0

(-) Lucro Bruto de Energia

119,0 119,0

(-) Custo de Operação e Produção de Energia

(86,5) (86,5)

(-) Despesas Operacionais e Administrativas

0,3 (4,0) (4,3)

(-) EBITDA

0,3 28,5 28,2

(-) Margem EBITDA (%)

3,4% 20,8% 17,4 p.p.

(+/-) Efeitos Não-Recorrentes

0,1 50,2 50,1

(+/-) Efeito MTM (Ganhos e Perdas)

0,3 0,3 (0,0)

(-) EBITDA Ajustado

0,6 79,0 78,4

(-) Margem EBITDA Ajustada (%)

6,8% 57,7% 50,9 p.p.

(-) Depreciação/Amortização

(0,2) (40,7) (40,5)

(+/-) Resultado Financeiro

(0,8) (150,6) (149,8)

(-) Impostos

(0,3) (4,6) (4,3)

(-) Lucro (Prejuízo) Líquido Reportado

(1,0) (116,9) (115,9)

(-) Margem Líquida (%)

-1,4% -85,4% -74,0 p.p.

(-) Lucro Bruto de Energia: A Receita Líquida totalizou R\$ 136,9 milhões em 2024. A receita se dá principalmente pela entrega da geração líquida de energia no Ambiente de Contratação Livre após o início da operação dos parques solares, complementado por comercialização, swap de lastro e liquidação na CCEE. O Lucro Bruto de Energia, considerando o efeito do custo de compra de energia, foi de R\$ 119 milhões em 2024. Custos e Despesas Operacionais: Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização e compra de energia) totalizaram R\$ 89,2 milhões no período. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes e não-caixa de R\$ 50,2 milhões de baixa de ativos (com destaque para a descontinuidade do projeto pré-operacional do "Complexo Serra do Mel – Fontes Solares"), os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 39,0 milhões. Esse valor é composto principalmente por (i) gastos com Encargos e Transmissão em R\$ 24,8 milhões, (ii) gastos com pessoal em R\$ 5,2 milhões, (iii) gastos com seguros em R\$ 2,9 milhões, (iv) gastos com serviços de terceiros em R\$ 2,9 milhões e (v) outros custos e despesas operacionais (incluindo locações e aluguel, alvarás e taxas diversas, materiais e viagens) em R\$ 3,2 milhões. Tais custos e despesas não se aplicaram e/ou foram capitalizados durante a fase pré-operacional dos parques solares. EBITDA: O EBITDA Ajustado reportado no ano de 2024 foi R\$ 79,6 milhões, excluindo os efeitos não-recorrentes e não-caixa de R\$ 50,2 milhões de baixa de ativos e o impacto não-caixa de R\$ 0,3 milhões de MTM de Echo Comercializadora. Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido registrado no período foi negativo em R\$ 150,6 milhões. Com a conclusão das obras dos parques de Ribeiro Gonçalves e Barreiras I, os juros das dívidas para construção dos parques passaram a ser reconhecidos em resultado, ao passo que durante o período pré-operacional foram capitalizados.

A Administração

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Controladora Consolidado

Notas 2024 2023 2024 2023

Resultado antes dos tributos

(166.605) (557) (162.034) (677)

Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de Atividades operacionais:

Depreciação 11 - - 38.624 9

Amortização de direitos de uso 10 - - 2.048 170

Juros sobre financiamentos 14 - - 114.738 -

Juros sobre débitores 15 - - 82.475 -

Juros sobre derivativos 25 - - (57.979) -

Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado 14 - - (4.168) -

Custo de captação de débitores apropriado ao resultado 15 - - 1.940 -

Baixa de imobilizado 11 692 909 472

Baixa de intangível 20.a 48.637 - 48.637 -

Tributos diferidos - - (27) -

Resultado de equivalência patrimonial 9 116.592 731 - (91)

Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados 21 (324) - (9.431) -

Outras receitas financeiras 21 - (256) (303) (1.487)

Variação do valor justo dos contratos de comercialização – Compromissos futuros 8 - - 295 (1.308)

Ajuste a valor presente provisão para desmobilização 10 - - 3.036 249

Programa de pagamento baseado em ações 90 - - 124 -

Atualização monetária de depósitos judiciais 21 - - (40) (15)

Lucro (prejuízo) ajustado (918) (82) 58.844 (2.678)

Redução (aumento) nos ativos:

Contas a receber - - (23.183) -

Outras contas a receber 1 (1) 124 (127)

Contas a recuperar - - (331) (3.040)

Derivativos a receber - - 52.370 (687)

Estoques - - (3.092) -

Depósitos judiciais - - (597) (220)

Adiantamento a fornecedores 3 (3) 18 (47)

Despesas pagas antecipadamente - - (1.631) (8.085)

Aumento (redução) nos passivos:

Fornecedores 1.875 46 (25.692) 56.780

Obrigações sociais (1.868) 2.506 (1.824) 3.458

Tributos a recolher (13) 13 - 545

Tributos diferidos - - 440 -

Adiantamento de clientes - - 26 -

Derivativos a pagar - - (1.778) -

Contas a pagar sobre aquisições (23.956) (5.210) (23.956) (5.210)

Outras contas a pagar - - 2.148 934

Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais (24.876) (2.731) 31.886 41.772

Pagamento de juros de financiamentos 14 - - (116.727) (16.667)

Pagamento de IR e CS (274) (438) (14.102) (5.927)

Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais (25.150) (3.169) (98.943) 19.178

Fluxo de caixa das atividades de investimento (25.150) (3.169) (98.943) 19.178

Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (87.676) (270.499) (276.204) (2.322.846)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de principal de financiamentos 14 - - (2.903.964) (247.667)

Custo de captação de financiamentos 14 - - 5.714 (17.138)

Custo de captação de débitores 15 - - (60.706) -

Partes relacionadas 885 - - 874 -

Pagamento de principal de débitores 15 - - (20.085) -

Captação de financiamentos 14 - - 2.114.699 2.017.321

Captação de débitores 15 - - 1.050.000 -

Redução de capital - - 117.300 -

Cisão parcial controladas,

...continuação

Revisão e Normas impactadas	Correção LASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
IFRS IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgados	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB emitiu emenda aos IFRS 9 e IFRS 7 com alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares). A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.
6. Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados – a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.				
b. Fundos vinculados: Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, tendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento e debêntures firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar as notas explicativas 14 e 15. Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.				
c. Controlladora				
Controladora				
		2024	2023	2024
Reserva de pagamento Debêntures (a)		47	225	6.088
Reserva da dívida Debêntures (b)		5.859	322	5.806
Centralizadora (b)			20.597	
Reserva de dívida BNDES (c)			9.244	
Reserva especial (d)			6.611	
Total		5.906	547	52.201
Consolidado				
		31/12/2024	31/12/2023	
Reserva de pagamento Debêntures (a)		676	–	
Reserva da dívida Debêntures (b)		3.401	–	
Centralizadora (b)			20.597	
Reserva de dívida BNDES (c)			9.244	
Reserva especial (d)			6.611	
Total		40.529	–	
Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração média dos fundos vinculados foi de 100% da taxa (D). (a) Reserva de pagamento de debêntures: Conta reserva mantida na controlada Ribeiro Gonçalves Holding S.A, com objetivo de efetuar o pagamento da parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de cada parcela semestral da escritura de debêntures, dos quais são classificados como ativo circulante. (b) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das controladas, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento. (c) Reserva de dívida BNDES: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga. (d) Reserva especial: Conforme definido pelo contrato de fidejuntoria de direitos, dos projetos Sertão Solar Barreiras XVI, Sertão Solar Barreiras XVII e Sertão Solar Barreiras XVIII, os recursos depositados nesta conta poderão ser utilizados para a quitação total ou parcial do valor devido, caso não haja saldo suficiente no momento do vencimento da dívida. 7. Contas a receber – As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação divulgados (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:				
Consolidado				
		31/12/2024	31/12/2023	
Transações MCP (a)		412	–	
Transações Realizadas no ACL (b)		22.569	–	
Outras contas a receber		202	–	
Total		23.183	–	
(a) Transações MCP: saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. (b) Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre): Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE. a. Perda estimada em crédito de liquidação divulgada (PECLD): A Companhia, juntamente com suas controladas, realiza avaliação individualizada de seus recebíveis com o intuito de determinar a probabilidade de perdas esperadas em seu contas a receber. Este processo envolve a análise de expectativas futuras relacionadas a eventuais dificuldades de liquidação. Ao término dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tanto a Companhia quanto suas controladas não registraram valores referentes à Provisão para Créditos de Liquidação Divulgada (PECLD). Tal decisão fundamenta-se na baixa probabilidade de inadimplência dos valores a receber, atribuída às características específicas do mercado em que a Companhia opera. Não houve movimentação das Perdas Especiais com Créditos de Liquidação Divulgada no exercício. 8. Compromissos futuros de energia – A controlada da Companhia, Echoenergia Comercializadora Ltda., opera no ambiente de contratação livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de venda e compra de energia futura (trading) totalizaram os montantes, respectivamente, de R\$ 9.598 e R\$ 8.585, em recebíveis e obrigações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou resultado líquido negativo de R\$ 295.				
Ativo				
		2024	2023	2024
Compromissos futuros de energia		9.598	23.859	8.585
Total		9.598	23.859	8.585
Passivo				
		2024	2023	2024
Compromissos futuros de energia		9.598	23.859	8.585
Circulante		6.652	10.744	6.456
Não circulante		2.946	13.115	2.129
9. Investimentos				
Consolidado				
		31/12/2024	31/12/2023	
Investimentos – Avaliados pelo método de equivalência patrimonial		640.051	650.930	
Total		640.051	650.930	
a. Investimentos em controladas				
Composição				
		2024	2023	2024
Investidas				
Vila Echoenergia		100%	100%	190
Echoenergia Comercializadora		100%	100%	3.699
Sol Serra do Mel VIII		100%	100%	233
Sol Serra do Mel IX		100%	100%	149
Sol Serra do Mel X		100%	100%	67
Sertão Solar Barreiras XV S.A. (a)		– 100%	–	(11)
Sertão Solar Barreiras XVI S.A. (a)		– 100%	–	(452)
Sertão Solar Barreiras XVII S.A. (a)		– 100%	–	(3)
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A. (a)		– 100%	–	(2)
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (a)		– 100%	–	2
Sertão Solar Barreiras XXI S.A. (a)		– 100%	–	(6)
Barreiras Holding S.A.		100%	–	266.569
Ribeiro Gonçalves Holding S.A.		100%	100%	369.144
Investimentos				
Composição				
		2023	2022	2023
Investidas				
Vila Echoenergia		100%	0%	45
Echoenergia Comercializadora		100%	0%	3.438
Sol Serra do Mel VIII		100%	0%	182
Sol Serra do Mel IX		100%	0%	153
Sol Serra do Mel X		100%	0%	60
Sertão Solar Barreiras XV S.A. (a)		100%	0%	129.957
Sertão Solar Barreiras XVI S.A. (a)		100%	0%	(556)
Sertão Solar Barreiras XVII S.A. (a)		100%	0%	21.377
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A. (a)		100%	0%	24.886
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (a)		100%	0%	23.343
Sertão Solar Barreiras XX S.A. (a)		100%	0%	97
Sertão Solar Barreiras XXI S.A. (a)		100%	0%	21.953
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.		100%	0%	8.923
Investimentos				
Composição				
		2023	2022	2023
Investidas				
Vila Echoenergia		100%	0%	45
Echoenergia Comercializadora		100%	0%	3.438
Sol Serra do Mel VIII		100%	0%	182
Sol Serra do Mel IX		100%	0%	153
Sol Serra do Mel X		100%	0%	60
Sertão Solar Barreiras XV S.A. (a)		100%	0%	129.957
Sertão Solar Barreiras XVI S.A. (a)		100%	0%	(556)
Sertão Solar Barreiras XVII S.A. (a)		100%	0%	21.377
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A. (a)		100%	0%	24.886
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (a)		100%	0%	23.343
Sertão Solar Barreiras XX S.A. (a)		100%	0%	97
Sertão Solar Barreiras XXI S.A. (a)		100%	0%	21.953
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.		100%	0%	8.923
Investimentos				
Composição				
		2023	2022	2023
Investidas				
Vila Echoenergia		100%	0%	45
Echoenergia Comercializadora		100%	0%	3.438
Sol Serra do Mel VIII		100%	0%	182
Sol Serra do Mel IX		100%	0%	153
Sol Serra do Mel X		100%	0%	60
Sertão Solar Barreiras XV S.A. (a)		100%	0%	129.957
Sertão Solar Barreiras XVI S.A. (a)		100%	0%	(556)
Sertão Solar Barreiras XVII S.A. (a)		100%	0%	21.377
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A. (a)		100%	0%	24.886
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (a)		100%	0%	23.343
Sertão Solar Barreiras XX S.A. (a)		100%	0%	97
Sertão Solar Barreiras XXI S.A. (a)		100%	0%	21.953
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.		100%	0%	8.923
Investimentos				
Composição				
		2023	2022	2023
Investidas				
Vila Echoenergia		100%	0%	45
Echoenergia Comercializadora		100%	0%	3.438
Sol Serra do Mel VIII		100%	0%	182
Sol Serra do Mel IX		100%	0%	153
Sol Serra do Mel X		100%	0%	60
Sertão Solar Barreiras XV S.A. (a)		100%	0%	129.957
Sertão Solar Barreiras XVI S.A. (a)		100%	0%	(556)
Sertão Solar Barreiras XVII S.A. (a)		100%	0%	21.377
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A. (a)		100%	0%	24.886
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (a)		100%	0%	23.343
Sertão Solar Barreiras XX S.A. (a)		100%	0%	97
Sertão Solar Barreiras XXI S.A. (a)		100%	0%	21.953
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.		100%	0%	8.923
Investimentos				
Composição				
		2023		

... *continuação*

tado até o momento que a Companhia

Total líquido investido	-	350.313	267.4
(a) Transações de capital referente aos valores contabilizados de reserva de hedge das controladas. (b) Para maiores detalhes sobre a reorganização societária da Companhia, ver no capítulo 11.b. (c) Correspondem os montantes reconhecidos como "reserva de hedge" no capítulo 11.b. (d) Projetos e ações financeiras dos investidores.			

c. Demonstrações financeiras das investidas

Investidas	2024					Consolidado							
	Capital Social	Ativo	Patri-mônio líquido	Receita líquida	Lucro/(Prejuízo)	Saldo em 2022	Adições	Amortizações	Saldo em 2023				
Vila Echoenergia	419	190	—	190	—	38	—	86.511	(170)	86.341			
Echoenergia Comercializadora	15.007	15.629	11.931	3.698	17.599	261	—	86.511	(170)	86.341			
Sol Serra do Mel VIII	271	233	—	233	—	(5)	b. Provisão para desmobilização			Consolidado			
Sol Serra do Mel IX	185	149	—	149	—	(4)	Saldo inicial			2024			
Sol Serra do Mel X	97	67	—	67	—	(3)	Ajuste a valor presente	86.760	—	2023			
Barreiras Holding	349.325	1.298.445	1.031.875	266.570	—	(82.756)	Mensuração	3.036	249	Total do ativo			
Sertão Solar Barreiras XV S.A	—	—	—	—	—	(11)	Saldo final	86.511	86.341	Desmobilização dos parques			
Sertão Solar Barreiras XVI S.A	—	—	—	—	—	(452)	Desenvolvimento de Projetos – nota 12.a			Desenvolvimento de Projetos – nota 12.a			
Sertão Solar Barreiras XVII S.A	—	—	—	—	—	(3)	Projeto em andamento	40.317	89.368	40.317	89.368		
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A	—	—	—	—	—	(2)	Total do intangível	6.079	4.553	7.121	5.220		
Sertão Solar Barreiras XIX S.A	—	—	—	—	—	(2)	a. Aquisição de projetos para exploração de geração de energia:			a. Aquisição de projetos para exploração de geração de energia:			
Sertão Solar Barreiras XX S.A	—	—	—	—	—	2	Custos associados à aquisição de novos projetos de exploração de energia adquiridos de desenvolvedores. Os custos são estipulados em contratos bilaterais para a compra de ativos, representados pelas	46.396	93.921	47.438	94.588		
Sertão Solar Barreiras XXI S.A	—	—	—	—	—	(6)	outorgas para exploração e geração de energia. Os ativos são inicialmente reconhecidos em contrapartida ao passivo de obrigações de pagamento pela aquisição, sendo posteriormente amortizados no resultado operacional a partir do início das operações comerciais dos parques relacionados. Ribeiro Gonçalves: O projeto implementou energia fotovoltaica no Estado do Piauí, distribuído em sete empresas, com capacidade total instalada de 223,18 MW. Barreiras: Projeto localizado no complexo de Barreiras, Estado da Bahia, distribuído em sete empresas, com capacidade total instalada de 350 MW. Serra do Mel Solar: Referem-se a projetos de geração de energia fotovoltaica, distribuído em três empresas, com capacidade total estimada de 57,69MWp. A transação envolveu a aquisição de 100% das participações nas três	89.796	86.760	89.796	86.760		
Ribeiro Gonçalves Energia Solar Ltda.	400.047	1.271.831	902.687	369.144	—	(33.649)							
Total	765.351	2.586.544	1.946.493	640.051	17.599	(116.592)							

Capital Social	Ativo	Passivo	Lucro / (Prejuízo) líquido	Patrimônio Receita (Prejuízo) líquido	2023
Investidas					
total	763.551	2.560.544	1.540.493	04.031	17.559 (11.559)

14. Financiamentos – As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos descontos e das desonerações.

Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento	Obrigações Contratuais (Covenants)	Garantias	Consolidado			
								2024	2023	2024	2023
								Circulante	circulante	Circulante	circulante
BNDES – Ribeiro Gonçalves Solar Holding	7,57% + IPCA	28/12/2022	250.000	dez/46	Mensal	ICSD 1,10 (consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval da Echoenergia Participações e Equatorial	18.862	371.869	7.047	345.107
Santander – Ribeiro Gonçalves Solar Holding	1,70% + CDI	26/09/2023	130.000	dez/23	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	126.933	–
Safra – Ribeiro Gonçalves Solar Holding	1,75% + CDI	01/09/2023	150.000	fev/23	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	149.486	–
Pentágono – Barreiras XVI	1,60% + CDI	07/08/2023	35.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	36.892	–
Pentágono – Barreiras XVI	1,65% + CDI	14/09/2023	60.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	61.828	–
Pentágono – Barreiras XX	1,60% + CDI	07/08/2023	55.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	57.981	–
Pentágono – Barreiras XX	1,65% + CDI	14/09/2023	100.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	103.065	–
Pentágono – Barreiras XV	1,60% + CDI	07/08/2023	10.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	9.795	–
Pentágono – Barreiras XV	1,65% + CDI	14/09/2023	65.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	66.942	–
Pentágono – Barreiras XIX	1,60% + CDI	07/08/2023	55.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	57.984	–
Pentágono – Barreiras XIX	1,65% + CDI	14/09/2023	100.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	103.065	–
Pentágono – Barreiras XXI	1,60% + CDI	07/08/2023	66.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	69.581	–
Pentágono – Barreiras XXI	1,65% + CDI	14/09/2023	80.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	82.441	–
Pentágono – Barreiras XVIII	1,60% + CDI	07/08/2023	50.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	52.706	–
Pentágono – Barreiras XVIII	1,65% + CDI	14/09/2023	75.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	77.286	–
Pentágono – Barreiras XVII	1,60% + CDI	07/08/2023	50.000	jul/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	52.717	–
Pentágono – Barreiras XVII	1,65% + CDI	14/09/2023	70.000	set/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	72.117	–
Mutuo Financeiro Equatorial – Barreiras XV	1,50% + CDI	31/07/2023	27.742	mar/24	Final contrato	Não possui	Não possui	–	–	32.868	–
Mutuo Financeiro Equatorial – Barreiras XVI	1,50% + CDI	31/07/2023	78.686	mar/24	Final contrato	Não possui	Não possui	–	–	3.014	–
Mutuo Financeiro Equatorial – Barreiras XIX	1,50% + CDI	31/07/2023	4.540	mar/24	Final contrato	Não possui	Não possui	–	–	1.306	–
Mutuo Financeiro Equatorial – Barreiras XX	1,50% + CDI	31/07/2023	4.540	mar/24	Final contrato	Não possui	Não possui	–	–	6.971	–
Mutuo Financeiro Equatorial – Barreiras XXI	1,50% + CDI	31/07/2023	4.540	mar/24	Final contrato	Não possui	Não possui	–	–	8.970	–
Mutuo Financeiro Equatorial – Barreiras XVIII	1,50% + CDI	15/12/2023	5.940	mar/24	Final contrato	Não possui	Não possui	–	–	5.967	–
Safra – Barreiras XV	1,70% + CDI	28/07/2023	45.000	jan/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	46.163	–
Safra – Barreiras XVIII	1,70% + CDI	28/07/2023	39.000	jan/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	40.008	–
Safra – Barreiras XVI	1,70% + CDI	28/07/2023	33.000	jan/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	33.853	–
Safra – Barreiras XVII	1,70% + CDI	28/07/2023	33.000	jan/24	Final contrato	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	–	–	33.853	–
BNB – Barreiras XVI	0,18% + CDI	31/12/2023	60.000	mar/24	Mensal	Não possui	Não possui	–	–	59.464	–
Equatorial – Barreiras Holding	1,20% + CDI	19/09/2024	57.886	set/29	Mensal	Não possui	Não possui	–	–	58.704	–
Safra – Ribeiro Gonçalves	1,55% + CDI	17/12/2024	150.000	fev/25	Mensal	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	153.941	–	–	–
Santander – Ribeiro Gonçalves	0,98% + CDI	17/12/2024	150.000	fev/25	Mensal	Não possui	Não possui	154.627	–	–	–
BNB FNE – Sertão Solar Barreiras XVI	4,60% + FNE IPCA	14/06/2024	115.000	abr/48	Mensal	Não possui	Fiança bancária	8.459	107.064	–	–
BNB – AFD – Sertão Solar Barreiras XVI	11% + IPCA	14/06/2024	15.000	out/31	Mensal	Não possui	Fiança bancária	2.616	12.857	–	–
BNB FNE – Sertão Solar Barreiras XVII	4,60% + FNE IPCA	14/06/2024	106.527	abr/48	Mensal	Não possui	Fiança bancária	8.212	102.735	–	–
BNB AFD – Sertão Solar Barreiras XVII	11% + IPCA	14/06/2024	15.000	out/31	Mensal	Não possui	Fiança bancária	2.616	12.857	–	–
RNR FNE – Sertão Solar Barreiras XVII	4,60% + FNE IPCA	14/06/2024	118.973	abr/48	Mensal	Não possui	Fiança bancária	9.124	114.833	–	–

11/11/2019 21:11:10 11/12/2019 21:12:14/2020

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

b. Movimentação dos financiamentos

	2024	2023	Ano
Saldo inicial	1.805.410	2.017.321	2028
Captação de financiamentos	2.114.699	2.017.321	2029 a 2046
Juros incorporados à dívida	238.412	67.679	
Custo de captação incorrido	(4.168)	(17.138)	
Amortização do custo de captação	5.714	1.882	
Juros pagos	(116.727)	(16.667)	
Amortização do principal	(2.903.964)	(247.667)	
Saldo final	1.139.376	1.805.410	
Circulante	358.457	1.460.303	
Não circulante	780.919	345.107	

c. Cronograma de amortização: Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	2024
2025	358.457
2026	37.267
2027	37.267

15. Debêntures – As debêntures das controladas da Companhia têm por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora. Inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição de debêntures

Companhia	Agente	Qtd. de títulos	VU nominal	Taxa Vencimento	Forma de pagamento	Obrigações contratuais	Garantias	Consolidado
Barreiras Holding	Oliveira Trust	950.000	1.000	IPCA + 6,84% mar/44	Semestral	ICSD 1,15 (Consolidado)	Fiança Bancária e Aval da Equatorial	72.976 900.592
Ribeiro Gonçalves Energia Solar	Oliveira Trust	100.000	1.000	IPCA + 7,55% nov/41	Semestral	ICSD 1,10 (Consolidado)	Não possui	9.587 70.469

b. Movimentação de debêntures

	2024
Saldo inicial	1.050.000
Ingresso de debêntures	(60.706)
Ingresso de Custo de Captação	1.940
Custo de captação incorrido	82.475
Juros incorporados à dívida	(20.085)
Amortização do principal	1.053.624
Saldo final	82.563
Circulante	82.563
Não circulante	971.061

c. Cronograma de amortização

Ano	2024
2025	82.563
2026	53.208
2027	53.115
2028	53.022
2029 a 2035	811.716
Total	1.053.624

d. Obrigações contratuais – Covenants

As controladas da Companhia mantêm contratos de debêntures que incluem cláusulas restritivas, conhecidas como covenants, que estabelecem a necessidade de cumprimento de determinados índices financeiros e qualitativos.

Esses covenants servem como métricas de controle sobre a saúde financeira da Companhia e de suas controladas, sendo um requisito para a captação de recursos. A inobservância desses covenants pode levar ao desembolso imediato ou o vencimento antecipado das obrigações. Os detalhes específicos de cada covenant aplicável estão listados na nota explicativa 15.a. A avaliação dos covenants ocorre anualmente ao final dos exercícios, em dezembro, sob monitoramento da Administração da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu satisfatoriamente todas as exigências qualitativas e quantitativas. e. Garantias: As garantias das debêntures são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de debêntures têm como garantias fianças bancárias e penhor dos equipamentos. Detalhes ver o quadro presente na nota explicativa 15.a.

16. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 863.140 (R\$746.840 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 863.439 (745.830 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista controlador Equatorial Transmissões S.A. A tabela abaixo demonstra a movimentação do valor do capital social da Companhia:

Integralização de capital social

Em milhares de reais

Saldo inicial – Capital social integralizado

Constituição societária (a)

Integralização de capital no exercício

Aumento de capital

Saldo final – Capital integralizado

Capital social a integralizar

Saldo inicial de capital social a integralizar

Integralizado durante o exercício

Saldo final de capital social a integralizar

Capital social

(a) Em 06 de abril de 2023, houve a primeira incorporação de seu capital de R\$ 25.811, que é parte da reorganização societária através do acervo líquido mencionado na nota explicativa 1.b. Em 21 de julho de 2023, a Companhia registrou a segunda incorporação de seu capital de R\$ 496.017, que é parte do acervo líquido mencionado na nota explicativa 1.b. O total do capital social incorporado é de R\$ 521.828. A tabela abaixo demonstra a movimentação do capital social da Companhia em ações:

Subscrição de ações

Em milhares de ações

Saldo inicial – Número de ações subscritas

Subscritas durante o exercício

Saldo final – Número de ações subscritas

b. Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2024, foi destinado a reserva de hedge referente à contratação de instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 17.790.

17. Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso

normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, caso. A energia produzida nas transações de geração e de venda de energia das controladas são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e são classificados no seguinte mercado: (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) – Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre. Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWs mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. PIS e COFINS: Para as controladas que atuam no setor de geração de energia, o PIS e a COFINS são calculados conforme o regime cumulativo, aplicando-se alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS sobre a receita operacional. Já para as demais controladas, o cálculo do PIS e da COFINS segue o regime não cumulativo, com todas as receitas, exceto as financeiras, sujeitas às alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS. Neste regime, são permitidos créditos tributários baseados nos mesmos percentuais, conforme previsto pela legislação tributária. As receitas financeiras, no regime não cumulativo, são tributadas à alíquota de 0,65% para o PIS e de 4% para a COFINS.

Receita bruta de energia elétrica

Receita de comercialização energia elétrica – Compromissos futuros (a)

Total das receitas operacionais antes das deduções

PIS

PIS diferido (b)

COFINS

COFINS diferido (b)

ICMS

Deduções da receita

Receita operacional líquida

Volume gerado MWh

(a) Receita de comercialização de energia elétrica – Compromissos futuros: A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia. O saldo refere-se à mutação patrimonial entre os contratos ativos e passivos de comercialização de energia. (b) Valores de PIS e COFINS diferidos sobre a receita de compromissos futuros de energia. Abaixo demonstramos a segregação da receita bruta por tipo de contrato:

Consolidado

2024

2023

2022

2021

2020

2019

2018

2017

2016

2015

2014

2013

2012

2011

2010

2009

2008

2007

2006

2005

2004

2003

2002

2001

2000

1999

1998

1997

1996

1995

1994

1993

1992

1991

1990

1989

1988

1987

... continuação

cões, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia. Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia. **c. Compromissos futuros com partes relacionadas:** A controlada Echoenergia Comercializadora mantém contratos de longo prazo, de compra e venda de energia com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

Vendedor	Comprador	Indice de Data Comprimento	atualiza- base de missos	futuro
Echoenergia Comercializadora de Energia LTDA.	Equatorial Renováveis S.A.	31/12/2025	IPCA Outubro	1.338
Equatorial Renováveis S.A.	Echoenergia Comercializadora de Energia LTDA.	31/12/2025	IPCA Outubro	(2.604)

25. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado no VJR: • Mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo:** *Derivativos a receber a pagar:*

Previsão a termo – O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais. **Aplicações financeiras:** O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados. **Contas a receber compromissos futuros e fornecedores compromissos futuros:** Os contratos de compromissos futuro referentes às operações de comercialização de energia, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiros, são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, conforme mencionado na nota 8. **Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como segue:

• **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria. • **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramento dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos foram contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia e de suas controladas para com suas obrigações expostas ao risco cambial. **Classificação dos instrumentos financeiros**

Ativos financeiros	Controladora				Consolidado			
	Nota	2024	2023	2024	2023			
Bancos	6	47	—	225	—	322	—	—
Aplicações financeiras	6	—	5.859	—	—	—	—	—
Passivos financeiros	13	1.921	—	46	—	—	—	—
Ativos financeiros		2024	2023	2024	2023			
Bancos	6	6.088	—	5.806	—	117.710	—	—
Aplicações financeiras	6	—	46.113	—	—	—	—	—
Contas a receber	7	23.183	—	—	—	—	—	—
Depósitos Judiciais	22	872	—	—	—	235	—	—
Derivativos a receber	25.a	—	14.125	—	6.743	—	—	—
Compromissos futuros	8	—	9.598	—	23.859	—	—	—
Passivos financeiros		2024	2023	2024	2023			
Fornecedores	13	31.088	—	56.780	—	—	—	—
Financiamentos	14	1.139.376	—	—	—	1.805.410	—	—
Debêntures	15	1.053.624	—	—	—	—	—	—
Derivativos a pagar	25.a	—	—	—	—	20.147	—	—
Compromissos futuros	8	—	8.585	—	—	—	—	—
Valor justo dos instrumentos financeiros		2024	2023	2024	2023			
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	5.906	5.906	547	547	—	—
Fornecedores	13	Nível 2	1.921	1.921	46	46	—	—
Total		Nota Nível (a)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros		2024	2023	2024	2023			
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	52.201	52.201	123.516	123.516	—	—
Derivativos a receber	25.a	Nível 2	14.125	14.125	6.743	6.743	—	—
Contas a receber	7	Nível 2	23.183	23.183	235	235	—	—
Depósitos Judiciais	23	Nível 2	872	872	—	—	—	—
Fornecedores	13	Nível 2	31.088	31.088	56.780	56.780	—	—
Financiamentos	14	Nível 2	1.139.376	1.139.376	1.805.410	1.805.410	—	—
Debêntures	15	Nível 2	1.053.624	1.053.624	—	—	—	—
Derivativos a pagar	25.a	Nível 2	—	—	20.147	20.147	—	—
Compromissos futuros	8	Nível 2	1.013	1.013	1.308	1.308	—	—
Total		Nota Nível (a)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros		2024	2023	2024	2023			
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	52.201	52.201	123.516	123.516	—	—
Derivativos a receber	25.a	Nível 2	14.125	14.125	6.743	6.743	—	—
Contas a receber	7	Nível 2	23.183	23.183	235	235	—	—
Depósitos Judiciais	23	Nível 2	872	872	—	—	—	—
Fornecedores	13	Nível 2	31.088	31.088	56.780	56.780	—	—
Financiamentos	14	Nível 2	1.139.376	1.139.376	1.805.410	1.805.410	—	—
Debêntures	15	Nível 2	1.053.624	1.053.624	—	—	—	—
Derivativos a pagar	25.a	Nível 2	—	—	20.147	20.147	—	—
Compromissos futuros	8	Nível 2	1.013	1.013	1.308	1.308	—	—
Total		2.315.482	2.315.482	2.014.139	2.014.139			

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação. Nível 1 – preços cotados nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indireta

Echoenergia Crescimento S.A.

tamente, e Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **a. Instrumentos financeiros derivativos: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As Controladas possuem transações em moeda estrangeira, designada como hedge de fluxo de valor justo, referente a contratação da operação 4131, que é uma modalidade de empréstimo em moeda estrangeira para uma empresa sediada no Brasil, na qual o banco, para assegurar o tomador da variação cambial, faz uma operação de troca ("swap") do custo da dívida em moeda estrangeira por Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), tornando a dívida em reais. A transação foi designada como hedge accounting e está sendo apresentada sua movimentação nessa nota explicativa. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (hedge accounting):** A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteger as suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas específicas de fluxo de caixa e de resultado. A Companhia e suas controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa e no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes (ORA), e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou arredondado, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **(i) Contratos de câmbio:** A controlada Ribeiro Gonçalves, possui compromissos firmes referente a contratação de empréstimo na modalidade 4131, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de hedge. Com o intuito de proteger o caixa das oscilações da moeda estrangeira, o Grupo estabeleceu operações com derivativos por meio de contratos de câmbio. Abaixo são demonstrados os valores registrados com derivativos, designados como hedge de fluxo de caixa reconhecidos em ORA.

26. Gerenciamento de riscos – Atenção a risco: A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar

... continuação

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos

Echoenergia Crescimento S.A.

relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.
EY Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador
CRC PE 021.265/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



📞 Contato: (11) 3361-8833

✉️ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Equatorial Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.459.301/0001-20

Equatorial S.A. - CNPJ/MF nº 13.459.301/0001-20

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Circulante						Passivo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.035	7.615	—	9.760	Fornecedores	11	92.725	23.219	—
Contas a receber	7	121.535	29.916	—	30.717	Compromissos futuros	8	126.569	37.048	—
Compromissos futuros	8	138.820	60.344	—	60.344	Múltuos financeiros	12 e 20	12.768	—	37.048
Adiantamento a fornecedores		—	297	—	298	Tributos a recolher	13	39.096	3.983	4.010
Tributos a recuperar	9	50.289	440	—	440	IR e CS a recolher		2.887	452	587
IR e CS a recuperar		6.785	209	—	441	Obrigações sociais e trabalhistas		4.910	—	—
Despesas pagas antecipadamente		1.887	859	—	859	Adiantamentos de clientes		1.392	—	—
Outras contas a receber		—	347	—	348	Outras contas a pagar		11	419	425
Total do ativo circulante		345.351	100.027	—	103.207	Tributos diferidos	15	—	2.155	2.155
Não circulante						Total do passivo circulante	15	—	2.155	2.155
Compromissos futuros	8	11.514	55.602	—	55.602	Total do passivo circulante	280.358	67.276	—	67.451
Tributos diferidos	15	1.479	—	—	—	Não circulante				
Despesas pagas antecipadamente		2	571	—	571	Imposto de renda e contribuição social a recolher		—	8.025	8.025
Outras contas a receber		489	—	—	—	Tributos diferidos	15	1.133	251	251
Total do realizável a longo prazo		13.484	56.173	—	56.173	Compromissos futuros	8	27.503	52.888	52.888
Investimentos	10	705	3.710	—	705	Total do passivo não circulante	28.636	61.164	—	61.164
Imobilizado		1.964	56	—	56	Total do passivo	308.994	128.440	—	128.415
Intangível		8.285	7.659	—	7.659	Patrimônio líquido	14	97.468	29.468	29.468
Total do ativo não circulante		24.438	67.598	—	64.593	Capital social	14	(36.673)	9.717	9.717
Total do ativo		369.789	167.625	—	167.800	Lucros (prejuízos) acumulados	14	60.795	39.185	39.185
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas										

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado					
	Reserva de lucros					
Capital social	Reserva legal	Reserva para investimento e expansão	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.265	2.853	55.203	7.785	80.106	
Integralização de reserva de lucros	15.203	—	(15.203)	—	—	
Distribuição de dividendos	—	—	(40.000)	—	(40.000)	
Absorção de prejuízo com reserva	—	—	—	(921)	921	
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(921)	(921)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.468	2.853	—	6.864	39.185	
Aporte de capital	68.000	—	—	—	68.000	
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(46.390)	(46.390)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	—	—	—	(6.864)	6.864	
Absorção de prejuízo com reserva legal	—	(2.853)	—	—	2.853	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	97.468	—	—	(36.673)	60.795	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Equatorial Renováveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2011, com sede na Av. das Nações unidas, 14.171, 15 andar, Vila Gertrudes, São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem como controladora direta a Equatorial Serviços S.A., que detém 73,70% a Equatorial Transmissão que detém 26,30% de suas ações. A Companhia tem como objeto principal a comercialização de energia elétrica e a até 02 de setembro de 2024, detinha o controle sobre a Equatorial Comercializadora de Energia Ltda., fundada em 01 de agosto de 2012, Empresa controlada que foi incorporada (nota 1b). A Empresa incorporada possui o mesmo objeto principal da Companhia, além de representação comercial e consultoria na área de energia. Adicionalmente, a Companhia possui participação na BBC – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. ("BBC"), constituída em 13 de junho de 2011 com sede na cidade de São Paulo, estão de São Paulo. A Companhia reconhece essa participação como coligada. A BBC é uma sociedade de capital fechado e tem como atividade a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários onde já se encontra operacional. As atividades da Companhia e sua controlada, que no exercício de 2024 foi incorporada, são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada. Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada: • ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; • CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **b. Incorporação da Equatorial Comercializadora de Energia Ltda.:** Em 02 de setembro de 2024, ocorreu o processo de incorporação da Equatorial Comercializadora de Energia Ltda., pela Companhia, que até então era sua controladora direta. A transação de reorganização societária teve como objetivos aprimorar a organização, aumentar a eficiência, reduzir custos e simplificar a estrutura societária e patrimonial da Companhia. De acordo com o laudo de incorporação contábil elaborado por especialistas independentes, foram incorporados ao balanço da Companhia os seguintes valores contábeis:

Ativo	Setembro/2024	Passivo	Setembro/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.165	Fornecedores	1
Contas a receber	581	Obrigações tributárias	183
Adiantamentos a fornecedores	—	2 Adiantamentos de clientes	502
Tributos a recuperar	717	—	—
IRPJ e CSLL a compensar	457	—	—
Total do ativo circulante	5.922	Total do passivo circulante	686
Patrimônio líquido			
Capital social	100	Capital social	100
Reservas de lucros	5.136	Reservas de lucros	5.136
Total do patrimônio líquido	5.236	Total do passivo e patrimônio líquido	5.922
Total do ativo	5.922	patrimônio líquido	5.922

A partir da incorporação da Equatorial Comercializadora de Energia Ltda., a Companhia não apresenta saldos consolidados em 31 de dezembro de 2024. **2. Base de preparação c. Declaração de conformidade –** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia e sua controlada consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requeridos pelas normas. **Mensuração dos contratos de comercialização de energia:** Os contratos celebrados pela Companhia visam à comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de descontos a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas por meio do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia S.A. – BBC, do sistema DCIDE e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. Os contratos classificados como não tranding são reconhecidos no resultado no momento da entrega efetiva da energia, conforme requerido pelo CPC 47 – Receita de contrato com clientes. **e. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **f. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem

5. Novas normas e interpretações – A partir de 01 de janeiro de 2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e sua controlada:

6. Caixa e equivalente de caixa – Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e sua controlada na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)	Demonstrações dos Resultados			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Notas	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	613.239	202.273	—	205.198
Custos de operação	16 (636.675)	(195.692)	—	(195.692)
Lucro (prejuízo) bruto	(23.436)	6.581	—	9.506
Despesas gerais e administrativas	17 (28.597)	(17.109)	—	(17.216)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.926	(199)	—	(201)
Resultado com equivalência patrimonial	2.231	1.954	—	—
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(55.728)	(8.773)	—	(7.911)
Receitas financeiras	18 2.414	3.361	—	3.349
Despesas financeiras	18 (1.101)	(142)	—	(164)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(54.415)	(5.554)	—	(4.581)
IRPJ e Contribuição social diferidos	8.025	11.023	—	11.023
IRPJ e Contribuição social correntes	19 —	(6.390)	—	(7.363)
Prejuízo do exercício	(46.390)	(921)	—	(921)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas				

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(46.390)	(921)	—	(921)
Outros resultado abrangentes	—	—	—	—
Resultado Abrangente total	(46.390)	(921)	—	(921)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas				

Exercícios findos em

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2025.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicacoes-legais



...continuação

Equatorial Renováveis S.A.											
Instrumentos financeiros derivativos	Ativo	Passivo	Controladora	2024	2023	2024	2023	Controladora	2024	2023	
Total	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Circulante	150.334	115.946	154.072	89.936	COFINS a recuperar (a)		39.801				
Não circulante	138.820	60.344	126.569	37.048	ICM's a recuperar		1.845	440			
9. Tributos a recuperar					Total		50.289	440			
PIS a recuperar (a)					(a) PIS e COFINS referente às transações de compra de energia. Em 2024, a Companhia registrou um aumento significativo nas operações de compra e venda de energia, resultando em um crescimento relevante dos impostos apurados. Para otimizar a gestão tributária, a Companhia realiza a compensação entre tributos a recuperar e a pagar, dentro dos limites permitidos pela legislação vigente.						
10. Investimentos – a. Investimentos em controlada e outros investimentos											
Tipo de investimento	Composição	Participações		2024	2023	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	2024		
Controlada	Equatorial Comercializadora Ltda.	Incorporada (b)	99,99%			–	2.231				
Coligada	BBCE (a)		3,80%	3,80%		–	–	705			
Total						–	2.231	705			
Tipo de investimento	Composição	Participações		2023	2022	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	2023		
Controlada	Equatorial Comercializadora Ltda.		99,99%	99,99%		1.051	1.954	3.005			
Coligada	BBCE (a)		3,80%	3,80%		–	–	705			
Total						1.051	1.954	3.710			
(a) BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia é uma empresa que desenvolveu um balcão eletrônico para compra e venda de energia onde cada acessante, previamente cadastrado, abre limites de negociação com os demais participantes do balcão para apregar oferta de compra e venda de energia. É como uma bolsa, com a diferença que o risco e a liquidação ocorre de forma bilateral. A BBCE também permite que duas partes possam simplesmente registrar uma transação efetuada fora do ambiente da BBCE, emitindo automaticamente um contrato padrão. A receita da BBCE se dá basicamente por corretagem e emolumentos assim como qualquer bolsa. (b) Incorporação realizada em 02 de setembro de 2024 conforme nota 1a.											
b. Movimentação dos investimentos											
Investida	2023	Resultado equivalência patrimonial	Incorporação	2024							
Equatorial Comercializadora Ltda.	3.005	2.231		(5.236)							
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	705	–		705							
Total líquido investido	3.710	2.231		(5.236)	705						
Investida	2022	Resultado equivalência patrimonial	2023								
Equatorial Comercializadora Ltda.	1.051	1.954	3.005								
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	705	705	705								
Total líquido investido	1.756	1.954	3.710								
c. Informações financeiras da investida											
Investida	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício					
Equatorial Comercializadora Ltda.	100	3.180	175	3.005	2.926	1.954					
Total	100	3.180	175	3.005	2.926	1.954					
a. Composição do saldo de mútuos financeiros com partes relacionadas											
Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento	Obrigações Contratuais (Covenants)	Garantias	2024	Controladora	Consolidado	
Equatorial Transmissão	1,5% + CDI	09/09/2024	12.459	Mai/25	Mensal	Não possui	Não possui	12.768			
b. Movimentação do mútuo financeiro											
Saldo inicial											
Captação de financiamentos	12.459										
Juros incorporados à dívida	468										
Custo de captação incorrido	(159)										
Saldo final	12.768										
c. Cronograma de amortização: Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:											
Ano											
2025											
Total	12.768										
13. Tributos a recolher	2024		2023		16. Custos de operação	2024	2023	2024	Controladora	Consolidado	
ICMS a recolher	8.799	–			Compra de energia (a)	(690.989)	(214.781)	(214.781)			
COFINS a recolher	24.664	3.049			(-) Crédito de PIS e Cofins	57.371	19.856	19.856			
PIS a recolher	5.301	686			Serviços prestados	(3.057)	(767)	(767)			
Outros tributos a recolher	332	275			Total	(636.675)	(195.692)	(195.692)			
Total	39.096	4.010									
14. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 97.468 (R\$ 29.468 de 31 de dezembro de 2023) e está representado por 2.476.923 (557.755 em 31 de dezembro de 2023) quotas sem valor nominal. Em 04 de abril de 2024, 06 de setembro de 2024 e 02 de dezembro de 2024, através de aprovação em assembleia geral extraordinária (AGE), houve aumento de capital social de R\$ 35.000, R\$ 5.000 e R\$ 28.000, totalizando o valor de R\$ 68.000, com ajustes e equivalentes de caixa. b. Divididos: Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 não houve distribuição de dividendos, por conta do prejuízo apurado no exercício (em 31 de dezembro de 2023, foi distribuído R\$ 40.000 com a utilização da reserva de retenção de lucros). c. Reserva legal: Será constituida a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve constituição de reserva legal em função do prejuízo dos exercícios. d. Reserva de retenção de lucros e reserva para investimento e expansão: É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve destinação de reserva de retenção de lucros em função do prejuízo dos exercícios. Durante o exercício de 2023, a Companhia deliberou através de assembleia, o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 15.203, derivado da reserva para investimento e expansão, sem a emissão de novas ações. Além disso, foi deliberada a distribuição de R\$ 40.000 a título de dividendos. 15. Receita operacional líquida: A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e sua controlada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida a um cliente. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A Companhia atua no mercado de compra e venda de energia e atuou resultando por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado. Já as operações não trading, não atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo e são reconhecidos no resultado apenas quando há a efetiva entrega da energia. PIS e Cofins: O PIS e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo onde todas as receitas, com exceção das financeiras são tributadas mediante aplicação do percentual de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins, tornando-se créditos com base nos mesmos percentuais, quando estes permitem pela legislação tributária.											
Controladora	2024		Consolidado	2023		Controladora	2024	2023	Controladora	Consolidado	
Receita bruta de comercialização de energia (a)	733.705	268.450		271.697		–	2.165	3.517	3.656		
Variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia elétrica – Compromissos futuros (b)	(29.748)	(35.724)		(35.724)		(111)	(156)	(162)			
Outras receitas	233					360	–				
Total	704.190	232.726		235.973		2.414	3.361	3.494			
PIS	(8.487)	(4.130)		(4.188)		(468)	–				
PIS diferido (c)	492	2.099		2.099		(309)	–				
COFINS	(39.089)	(19.052)									

...continuação

Equatorial Renováveis S.A.						
Consolidado 2023						
	Notas	Custo	Valor justo por meio do resultado			
Ativos financeiros						
Bancos e aplicações financeiras	6	2.011	7.749			
Contas a receber	7	30.717				
Instrumentos financeiros derivativos	8	—	115.946			
Passivos financeiros						
Fornecedores	11	23.226				
Instrumentos financeiros derivativos	8	—	89.936			
Valor justo dos instrumentos financeiros						
Controladora						
	Notas	Nível (a)	2024	2023		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	26.035	26.035	7.615	7.615
Contas a receber	7	Nível 2	121.535	121.535	29.916	29.916
Instrumentos financeiros derivativos – ativo	8	Nível 2	150.334	150.334	115.946	115.946
Fornecedores	11	Nível 2	92.725	92.725	23.219	23.219
Financiamento	12	Nível 2	12.768	12.768	—	—
Instrumentos financeiros derivativos – passivo	8	Nível 2	154.072	154.072	89.936	89.936
Total			557.469	557.469	266.632	266.632
Consolidado						
	Nota	Nível (a)	Valor contábil	Valor justo		
Bancos e aplicações financeiras	6	Nível 2	9.760	9.760	—	—
Contas a receber	7	Nível 2	30.717	30.717	—	—
Instrumentos financeiros derivativos – ativo	8	Nível 2	115.946	115.946	—	—
Fornecedores	11	Nível 2	23.226	23.226	—	—
Instrumentos financeiros derivativos – passivo	8	Nível 2	89.936	89.936	—	—
Total			269.585	269.585	—	—
(a) A Companhia e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação. Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. (b) O resultado de contratos de compromissos futuros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos são efetuadas considerando a data-base vigente, mediante a curva forward, utilizada para valorização da marcação a mercado de seu portfólio e descontada pela taxa de reajuste dos contratos firmados. a. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e sua controlada operam no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmam contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia e sua controlada, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido negativo de R\$ 29.747 (R\$ 35.724 em 31 de dezembro de 2023), foi reconhecida no resultado, conforme demonstrado abaixo:						
Controladora						
	2024	2023				
	Controladora	Consolidado	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	
Receitas com instrumentos financeiros	(34.388)	(29.745)	(29.745)	(92.725)	(92.725)	
Custo com instrumentos financeiros	64.136	(5.979)	(5.979)	(12.768)	(12.768)	
Total	29.748	(35.724)	(35.724)	105.493	(105.493)	(105.493)
23. Gerenciamento de riscos – A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Risco operacional: A oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto e, consequentemente, impactando os volumes e preços da energia e nos resultados da Companhia e suas controladas. A Administração mitiga esse risco através da gestão do portfólio, com manutenção e gestão contínua da reserva estratégica de energia, assim como estabelece uma política de crédito. Além disso, a Companhia e sua controlada gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:						
• Profissionais altamente treinados e capacitados.						
• Contratos robustos de operação e manutenção.						
• Processos sólidos e bem definidos.						
• Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.						
• Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.						
• Centro de controle operacional de alta tecnologia.						
• Monitoramento de matriz de risco.						
• Gestão do relacionamento com a comunidade.						
Risco de crédito: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excessivos de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber de sua controlada são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:						
• Caixa e equivalentes de caixa.						
• Contas a receber.						
Total						
Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inacreditáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.						
• 2024						
Fluxos de caixa contratuais						
Consolidado						
	Notas	Nível (a)	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	
Fornecedores	6	Nível 2	92.725	(92.725)	(92.725)	
Financiamentos	7	Nível 2	12.768	(12.768)	(12.768)	
Total			105.493	(105.493)	(105.493)	
24. Compromissos contratuais – a. Contratos de compra de energia: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas) são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:						
31 de dezembro de 2024						
Obrigações de compra						
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Após 2027		
	9.990.842	461.842	1.424.010	8.104.990		
31 de dezembro de 2023						
Obrigações de compra						
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Após 2027		
	106.623	45.742	46.709	14.172		
Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e sua controlada e resumem as operações a preco fixo.						
b. Contratos de compra de energia com partes relacionadas: A Companhia firmou contratos de compra de energia de longo prazo com partes relacionadas. O objetivo dos contratos é suprir a energia necessária para atendimento dos contratos de venda não trading, os quais há a obrigaçao de entrega da energia, como mencionado na nota explicativa 8. Os contratos tem duração de 22 anos, e 100% da energia gerada pelas empresas geradoras será comprada pela Companhia, o preco contratual médio é de R\$ 239 MW, reajustado anualmente pelo IPCA.						
25. Cobertura de seguros – Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia e sua controlada adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.						
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.						
26. Informações complementares ao fluxo de caixa – O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.						
Contador						
Bruno Ortega Janjacomo – Gerente Contábil CRC 1SP-331491/0-4						
ERNST & YOUNG Auditoras Independentes S/S Ltda. CRC-CE 001.042/F						
Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.						
Thiago Alexandre de Souza Silva Contador CRC-PE 021.265/O						

**Publique no
Data Mercantil!**
A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Serra do Mel Holding S.A.

CNPJ/MF nº 30.342.595/0001-24

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)												
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado			
		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		
Ativo Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	5.291	31	35.008	41.880	Fornecedores	11	83	99	14.048	4.761	
Fundos vinculados	6.b	—	—	54	—	Financiamentos	12	—	—	27.000	24.441	
Contas a receber	7	—	—	15.504	13.126	Debêntures	13	446	163	446	163	
Adiantamento a fornecedores	—	—	—	170	188	Obrigações tributárias	—	—	—	812	690	
Tributos a recuperar	—	—	—	1.841	1.914	IRPJ e contribuição social a recuperar	—	—	—	2.286	2.574	
IRPJ e contribuição social a recuperar	25	36	855	2.239	—	Obrigações sociais e trabalhistas	—	—	—	361	—	
Despesas pagas antecipadamente	—	332	2.634	2.629	—	Adiantamento de clientes	14	—	—	7.407	11.766	
Estoques	—	—	186	197	Partes relacionadas	23	10.711	1.010	—	—	—	
Dividendos a receber	23	10.260	9.765	—	Outras contas a pagar	9	—	—	17	16	—	
Partes relacionadas	23	—	375	—	Total do passivo circulante	11.599	1.898	54.504	49.085	—	—	
Outras contas a receber	23	—	806	—	—	—	—	—	—	—	—	
Total do ativo circulante	15.576	10.970	56.627	62.173	—	—	—	—	—	—	—	
Não circulante										—	—	
Fundos vinculados	6.b	—	—	18.360	2.563	Financiamentos	12	—	—	325.595	345.898	
Despesas pagas antecipadamente	—	956	422	1.688	—	Debêntures	13	124.363	118.471	124.363	118.471	
Total do realizável a longo prazo	956	18.782	4.251	—	Provisão para desmobilização	15	—	—	90.633	87.568	—	
Investimentos	8	499.765	491.733	—	Arrendamentos	9	—	—	11.560	11.578	—	
Direito de uso	9	—	94.212	96.517	Adiantamento de clientes	14	—	—	75.416	82.833	—	
Imobilizado	10	49	49	898.082	922.143	Outras contas a pagar	—	—	—	1.006	6.265	7.379
Intangível	11	11	72	72	Total do passivo não circulante	124.363	119.477	633.832	653.727	—	—	
Total do ativo	499.825	492.749	1.011.148	1.022.983	Total do passivo	135.962	121.375	688.336	702.812	—	—	
Total do ativo	515.401	503.719	1.067.775	1.085.156	Total do patrimônio líquido	379.439	382.344	379.439	382.344	—	—	
Total do ativo	515.401	503.719	1.067.775	1.085.156	Total do passivo e patrimônio líquido	515.401	503.719	1.067.775	1.085.156	—	—	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas										—	—	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										—	—	
1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Serra do Mel Holding ("Companhia") é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, controlada pela Echoenergia Participações S.A., que detém 100% de suas ações. A Companhia tem sede à Avenida das Nações Unidas, 14.171 – 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como socia ou acionista. A relação das Companhias controladas está apresentada na nota explicativa 3. Estas atividades são reguladas pela Aneel. As controladas são Produtores Independentes de										—	—	
Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. A controladora direta final do grupo é a Echoenergia Participações S.A. As controladas da Companhia possuem seis centrais geradoras de energia elétrica situadas nos municípios de Serra do Mel no Estado do Rio Grande do Norte, constituídas de 49 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 205,8 MW medios de capacidade instalada. 1.1. Projeto de geração elétrica: Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração da energia elétrica:										—	—	
Projeto Eólico										—	—	
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8620/2020	12/03/2020	35 anos	21	10,9	Capital social	406.217	(24.481)	381.736	—	—	
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8615/2020	12/03/2020	35 anos	33,6	17,6	Prejuízos acumulados	—	(10.000)	—	(10.000)	—	
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8616/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	18,5	Lucro líquido	—	—	—	10.608	10.608	
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8617/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	18,7	Outros resultado abrangentes	396.217	(13.873)	382.344	—	—	
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8618/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	19,3	Resultado Abrangente total	(7.255)	10.608	(7.255)	10.608	—	
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	Port. 8619/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	20,20	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	—	—	—	—	—	
1.2. Contratos de venda de energia – Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuem os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2031:										—	—	
2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgada em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2025. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido nas normas. c. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. e. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas nas notas explicativas: • Contas a receber – perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 7) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas. • Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa 9) – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente. • Imobilizado (nota explicativa 10) – aplicação das dívidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis. • Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa 15) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente. • Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 22) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. 3. Base de consolidação e investimentos em controladas – As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. As controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Os principais critérios de consolidação										—	—	
5. Novas normas e interpretações – A partir de 01 de janeiro de 2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e suas controladas:										—	—	
Revisão e Normas impactadas										—	—	
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	OCPC 10	18/10/2024	01/01/2025	Trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração, e evidenciamento de créditos de carbono, a serem observados pelas entidades. A Companhia e suas controladas irão aderir à orientação a partir de 01 de janeiro de 2025.	Controladora	2024	2023	Consolidado	2024	2023	—	
ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	IAS 27	23/09/2024	01/01/2025	A revisão do pronunciamento não gera impacto nas divulgações da Companhia e de suas controladas.	Controladora	10/000	—	—	—	—	—	
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.	Controladora	—	—	—	—	—	—	
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de								

... continuação

estimadas em créditos de liquidação dívida (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	Consolidado	
	2024	2023
Transações realizadas no ACL (a)	15.504	13.111
Outras contas a receber	—	15
Total	15.504	13.126

(a) **Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre):** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e líquidações na CCEE. a. **Perdas estimadas em crédito de liquidação dívida:** O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não constituíram saldos de PECLD, pois são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

8. Investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	499.765	491.733
Total	499.765	491.733

a. Composição

	2024			
Investidas	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Eólica Vila Alagoas II	100%	48.729	655	48.729
Eólica Vila Espírito Santo I	100%	81.659	920	81.659
Eólica Vila Espírito Santo II	100%	75.058	(1.354)	75.058
Eólica Vila Espírito Santo III	100%	110.768	2.294	110.768
Eólica Vila Espírito Santo IV	100%	105.537	2.407	105.537
Eólica Vila Espírito Santo V	100%	78.014	2.027	78.014
Total dos investimentos		499.765	6.949	499.765

Investidas	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Eólica Vila Alagoas II	100%	47.664	2.854	47.664
Eólica Vila Espírito Santo I	100%	80.838	3.436	80.838
Eólica Vila Espírito Santo II	100%	71.846	2.033	71.846
Eólica Vila Espírito Santo III	100%	110.149	6.169	110.149
Eólica Vila Espírito Santo IV	100%	104.684	6.664	104.684
Eólica Vila Espírito Santo V	100%	76.552	4.218	76.552
Total dos investimentos		491.733	25.374	491.733

Investidas	Aumento de capital	Redução de capital	Redução de equivalência patrimonial	Resultado do exercício	Dividendo a receber	2024
Eólica Vila Alagoas II	47.664	1.800	(1.232)	655	(158)	48.729
Eólica Vila Espírito Santo I	80.838	1.350	(1.232)	920	(217)	81.659
Eólica Vila Espírito Santo II	71.846	5.800	(1.234)	(1.354)	—	75.058
Eólica Vila Espírito Santo III	110.149	100	(1.232)	2.294	(543)	110.768
Eólica Vila Espírito Santo IV	104.684	250	(1.232)	2.407	(572)	105.537
Eólica Vila Espírito Santo V	76.552	1.150	(1.232)	2.027	(483)	78.014
Total líquido investido	491.733	10.450	(7.394)	6.949	(1.973)	499.765

Investidas	Redução de capital	Resultado da equivalência patrimonial a receber	Dividendos a receber	2023
Eólica Vila Alagoas II	47.731	(2.272)	2.854	(649)
Eólica Vila Espírito Santo I	81.813	(2.223)	3.436	(2.188)
Eólica Vila Espírito Santo II	71.323	(1.030)	2.033	(480)
Eólica Vila Espírito Santo III	101.572	175.872	65.104	110.768
Eólica Vila Espírito Santo IV	97.147	170.140	64.603	105.537
Eólica Vila Espírito Santo V	71.554	188.719	110.705	78.014
Total líquido investido	499.211	(25.485)	25.374	(7.367)
Total	491.733	10.450	(7.394)	6.949

c. Demonstrações financeiras das investidas

Capital Social	Capital	Ativo Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo)
2024					
Vila Alagoas II	46.146	119.307	70.578	48.729	17.580
Vila Espírito Santo I	72.876	228.661	147.002	81.659	26.629
Vila Espírito Santo II	74.142	191.094	116.036	75.058	(1.354)
Vila Espírito Santo III	101.572	175.872	65.104	110.768	21.676
Vila Espírito Santo IV	97.147	170.140	64.603	105.537	2.407
Vila Espírito Santo V	71.554	188.719	110.705	78.014	31.305
Total	463.437	1.073.793	574.028	499.765	150.377
2023					
Vila Alagoas II	45.578	121.412	73.748	47.664	15.579
Vila Espírito Santo I	72.758	225.068	144.228	80.840	26.053
Vila Espírito Santo II	69.573	193.623	121.777	71.846	22.741
Vila Espírito Santo III	102.704	180.017	69.868	110.149	21.447
Vila Espírito Santo IV	98.129	173.926	69.242	104.684	21.067
Vila Espírito Santo V	71.636	190.832	114.280	76.552	26.151
Total	460.378	1.084.878	593.143	491.733	133.038

9. Direito de uso e Arrendamento: No início de um contrato, a Companhia e suas Controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificável, por um período determinado, em troca de contraprestação. **Arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso das controladas, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. A Companhia e suas controladas adotam os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjetivas. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a. • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido, balanço patrimonial imediatamente após a data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjetivas objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos das terras onde os parques eólicos estão instalados, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remunerar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer. A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e têm procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado. i. curto prazo (com duração inferior a 12 meses); ii. ativos de baixo valor; iii. parcelas variáveis de pagamentos; iv. contratos em que o ativo de arrendamento não tem direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e vi. contratos em que a Companhia e suas controladas não têm controle significativo sobre como o ativo é usado. Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

a. Ativo de direito de uso

Ativo de direito de uso	Valor líquido em 2023	Amortização em 2023	Valor líquido em 2024
Arrendamento parques eólicos	96.517	(2.305)	94.212
Total do ativo	96.517	(2.305)	94.212

(a) Valores de adição e baixa referentes a remuneração da desmobilização conforme IPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 15.</p

... continuação

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	2024	2023
ACR (a)	155.213	147.992
MCP (b)	865	(10.037)
Total	156.078	137.955
(a) Ambiente de contratação regulada; (b) Mercado de Curto Prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.		

18. Custo de operação

	Consolidado	2024	2023
Depreciação		(33.498)	(33.364)
Amortização de direito de uso		(2.305)	(546)
Engenharia e gestão de processos O&M		(14.994)	(13.305)
Encargos de conexão e Transmissão		(13.459)	(13.211)
Compra de energia (b)		(35.872)	(5.928)
Gastos com pessoal		(2.397)	(2.306)
Serviços de terceiros		(1.509)	(1.544)
Seguros		(3.080)	(3.823)
Outros (a)		(2.349)	(3.384)
Total	(109.450)	(77.411)	

(a) Referem-se à serviços de terceiros, impostos, taxas e alvarás diversos, locação e alugueis e demais custos, líquido de reversões, bem como créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, por resarcimento de disponibilidade; (b) O aumento da compra de energia no ano de 2024, quando comparado a 2023, está diretamente relacionado a baixa geração de energia no exercício, conforme apresentado na nota explicativa 17, isso porque, a região onde estão localizados os parques eólicos das controladas, foi a mais impactada pelos efeitos de constrained-off ao longo do ano.

19. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	2024	2023
Gastos com pessoal		(3.414)	(1.911)
Serviços de terceiros		(1.138)	(827)
Legais, judiciais e publicações		(347)	(297)
Taxas e alvarás diversos		(85)	(62)
Outros		(545)	(520)
Total	(5.529)	(3.617)	

20. Receitas e despesas financeiras – As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fíancas e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	Controladora	Consolidado	2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	180	29	3.782	4.598
Outras receitas	1	–	50	145
Receitas financeiras	181	29	3.832	4.743
Juros sobre financiamentos	–	–	(21.053)	(21.971)
Juros debêntures	(12.797)	(12.427)	(12.797)	(12.427)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	–	–	(3.065)	(775)
Despesa captação de financiamentos e debêntures	(408)	(409)	(537)	(643)
Fianças e comissões bancárias	(1.282)	(1.653)	(2.143)	(2.931)
Juros sobre arrendamento	–	–	(1.222)	(1.222)
Outras despesas financeiras	(202)	(186)	(738)	(511)
Despesas financeiras	(14.689)	(14.675)	(41.556)	(40.480)

21. Imposto de renda e contribuição social – Lucro real: A Controladora optou pelo regime de tributação Lucro Real. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas em 10% sobre o lucro tributável, após compensações, excedente a R\$ 240 (base anual) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Considerar a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Ao final de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentou prejuízo fiscal, dessa forma não apurou imposto de renda e contribuição social correntes. O quadro abaixo demonstra a reconciliação da alíquota efetiva para a Companhia, que optou pelo regime de lucro real:

	2024	2023
IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
(Lucro/Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(2.454)	10.602
Adições e exclusões permanentes		
Resultado com equivalência patrimonial	(6.950)	(25.366)
Outras despesas indutivas	(52)	–
Adições e exclusões temporárias		
Provisões indutivas	(1.329)	938
Prejuízo Fiscal	(10.785)	(13.826)

Em 2024 e 2023 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL por não possuir perspectiva de lucros tributáveis futuros. **Lucro presumido:** As controladas da Companhia que executam atividades de geração de energia optam pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e à razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 5.969 (R\$ 5.846 em 31 de dezembro de 2023). O quadro abaixo demonstra as apurações das Controladas, com base no lucro presumido:

	Consolidado	2024	2023
Imposto de renda	Contribuição social	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Lucro presumido		(2.454)	10.602
Receitas de operações com energia elétrica	156.078	156.078	
Alíquota de presunção	8%	12%	
Lucro presumido	12.486	18.729	
Demais receitas	3.832	3.832	
Base de cálculo	16.318	22.561	
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	2.448	–	
Alíquota nominal (CSLL 9%)	–	2.032	
Base adicional IRPJ	14.886	–	
Adicional (10%)	1.489	–	
Corrente	3.937	2.032	
Consolidado			
Imposto de renda	Contribuição social	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Lucro presumido		(2.454)	10.602
Receitas Operacionais – fornecimento de energia	137.955	137.955	
Alíquota de presunção	8%	12%	
Base de Cálculo – presunção	11.037	16.556	
Demais receitas financeiras	5.120	5.120	
Base de cálculo	16.157	21.676	
Alíquota nominal (15%)	2.424	–	
Alíquota nominal (9%)	–	1.951	
Base adicional IRPJ	14.747	–	
Adicional (10%)	1.471	–	
Corrente	3.895	1.951	

22. Provisões para riscos civis, fiscais e trabalhistas – A Companhia e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituidas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, civis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível. **23. Partes relacionadas** – Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, as quais estão descritas abaixo:

a. Valores a receber

	Controladora	2024	2023
Dividendos a receber			
Vila Alegoas II Empreendimentos e Participações S.A.	158	649	
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	2.736	2.517	
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	–	707	
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	2.802	2.319	
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	2.551	2.042	
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	2.013	1.531	
Contas a receber sobre redução de capital	10.260	9.765	
Vila Alegoas II Empreendimentos e Participações S.A.	22	22	
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Ativos financeiros	6.000	5.500	
Vila Alegoas II Empreendimentos e Participações S.A.	158	649	
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	2.736	2.517	
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	–	707	
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	2.802	2.319	
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	2.551	2.042	
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	2.013	1.531	
Contas a receber sobre redução de capital	10.260	9.765	
Vila Alegoas II Empreendimentos e Participações S.A.	22	22	
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	–	22	

...continuação

controladas possuem contratos de longo prazo com o objetivo de garantir a operação e manutenção dos aerogeradores dos seus parques. **27. Informações complementares ao fluxo de caixa** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa

Serra do Mel Holding S.A.

ou equivalentes de caixa:

Atividades de financiamento	Nota	Controladora 2024
Dividendos a receber	8	1.975
Total		1.975

operacionais e administrativas, a Companhia e suas controladas adotam uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. Cobertura de seguros – Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades

ou equivalentes de caixa:

operacionais e administrativas, a Companhia e suas controladas adotam uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

ou equivalentes de caixa:

Liu Gonçalves de Aquino

Diretor Presidente

Raimundo Barreto Bastos

Diretor Financeiro

Claudy Marcondes dos Santos Junior

Diretor de Gestão de Energia

Leonardo de Carvalho Machado

Diretor de Operações

Bruno Ortega Janjacomo

Gerente Contábil CRC 1SP-331491/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Serra do Mel Holding S.A.

São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra do Mel Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formulação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria inclui a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração da provisão para desmobilização dos ativos (ARO – Asset Retirement Obligations):** As controladas da Companhia possuem obrigação contratual, proveniente dos contratos de arrendamento, de devolver as terras nas condições originais anteriores à implantação dos parques eólicos, e reconhecem provisão para os custos de desmobilização dos ativos previstos ao término do prazo de vigência desses contratos. A provisão para desmobilização dos ativos e recuperação das áreas degradadas é reconhecida em contrapartida do ativo direito de uso, sendo atualizada

a valor presente em contrapartida do resultado do exercício. O processo de determinação da provisão requer que as controladas da Companhia efetuem estimativa dos gastos futuros com a desmobilização dos ativos e a recuperação da área dos parques eólicos. Nas demonstrações consolidadas, o valor da provisão para desmobilização dos ativos totaliza R\$ 90.633 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A determinação da provisão dos gastos para desmobilização dos ativos é relevante para a nossa auditoria em função da magnitude dos montantes envolvidos, além de estar sujeita a julgamento por parte da Administração na sua mensuração, incluindo a utilização de premissas subjetivas, as quais incluem o método de recuperação, o período em que o trabalho será executado, a taxa de inflação e a taxa de desconto a valor presente da provisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pelas controladas da Companhia na determinação da taxa de desconto para o cálculo do ajuste a valor presente; (ii) análise dos dados e premissas dos custos elaborados pela Administração, considerando orçamento com terceiros obtidos; (iii) recálculo da provisão, considerando a taxa de desconto utilizada pelas controladas da Companhia e a quantidade de aerogeradores instalados nos parques; e (iv) avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para desmobilização dos ativos que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuamente operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

além ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de auditoria relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência da auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 24 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC-CE 001.042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador
CRC-PE 021.265/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 35.300.654.609

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária (a ser realizada de Modo Exclusivamente Digital)
Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da SPE Cristina Energia S.A. ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 9:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. **Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGO.** Documentos. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio dos e-mails mc.vargas@energo-pro.com e r.paschoal@energo-pro.com devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação da representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGO, a Companhia solicita que os acionistas se cadastram para participar na AGO e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO. Participação Remota. A AGO será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que accessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGO com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para inicio da AGO, tendo em mãos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, incluindo aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte meio: mc.vargas@energo-pro.com e r.paschoal@energo-pro.com, 16 de abril de 2025. **Sergio Fonseca** – Diretor Presidente. (16, 17 e 18/04/2025)

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



📞 **Contato: (11) 3361-8833**

✉️ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA São Paulo
MERCANTIL

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

